

O compromisso social

5

SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME

O GOVERNO ASSUMIU O COMPROMISSO DE ERRADICAR A FOME POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS QUE ALIVIE AS CONDIÇÕES DE MISÉRIA. O ELEVADO NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA AINDA É, SEM DÚVIDA, O PROBLEMA MAIS GRAVE DO BRASIL E SE EVIDENCIA EM UM PERVERSO QUADRO DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA.

Medir a magnitude da pobreza é de grande relevância para a definição de um diagnóstico acerca da fome no Brasil. O ponto central do problema é a falta de renda para adquirir alimentos na quantidade e qualidade necessárias. Diante da inexistência de metodologias de mensuração direta da carência alimentar, utiliza-se a medida da pobreza e/ou da indigência como indicativos de vulnerabilidade das famílias à fome. Dependendo da linha metodológica adotada, obtêm-se resultados distintos na mensuração da pobreza no Brasil.

No caso do Programa Fome Zero, a metodologia utilizada considerou uma linha de pobreza de US\$ 1 dia *per capita*, a partir da cotação do dólar de setembro de 1999 (ano base do Projeto Fome Zero). A partir da renda familiar, imputou-se uma estimativa da produção para autoconsumo e se descontaram as despesas fixas com aluguéis, corrigindo esses limites segundo os custos de vida das várias regiões brasileiras. Segundo essa metodologia, em 2001 havia 46,06 milhões de pessoas em situação de pobreza (Tabela 1). Esses números correspondiam a um total de 9,98 milhões de famílias.

TABELA 1

Número de pessoas pobres por unidade da Federação

Estados	1.000 Pessoas			
	Metropolitano	Urbano	Rural	Total
Rondônia	—	254	...	254
Acre	—	124	...	124
Amazonas	—	822	...	822
Roraima	—	76	...	76
Pará	579	987	...	1.566
Amapá	—	75	...	75
Tocantins	—	258	183	441
Maranhão	—	1.793	1.226	3.019
Piauí	—	705	642	1.347
Ceará	1.100	1.346	1.077	3.523
Rio Grande do Norte	—	811	406	1.216
Paraíba	—	1.198	539	1.738
Pernambuco	1.090	1.282	1.200	3.573
Alagoas	—	984	591	1.575
Sergipe	—	596	208	805
Bahia	1.097	2.710	2.405	6.212
Minas Gerais	816	2.490	1.236	4.541
Espírito Santo	—	624	246	871
Rio de Janeiro	1.716	505	123	2.344
São Paulo	2.672	2.062	380	5.114

Paraná	420	1.018	539	1.977
Santa Catarina	–	397	187	584
Rio Grande do Sul	480	712	444	1.636
Mato Grosso do Sul	–	356	75	431
Mato Grosso	–	354	184	538
Goiás	–	1.009	213	1.221
Distrito Federal	436			436
Brasil	10.406	23.550	12.105	46.061
<i>Metropolitano</i>				10.406
<i>Urbano</i>				23.550
<i>Rural</i>				12.105

Fonte: PNADs do IBGE.

Vale salientar que, entre 1995 e 2001, o número de famílias pobres saltou de 8,3 para quase 10 milhões de famílias, principalmente nas regiões metropolitanas do Brasil (Tabela 2), fruto em boa parte do desemprego e da queda dos rendimentos de muitas categorias de trabalhadores.

TABELA 2

Famílias com renda familiar *per capita* abaixo da linha de pobreza

	Famílias (1.000)		Taxa (% ^a a)
	1995	2001	95/01
Brasil	8.341,8	9.998	3,1
<i>Metropolitano</i>	1.646,2	2.429	6,7
<i>Urbano não metropolitano</i>	3.981,1	5.148	4,4
<i>Rural</i>	2.714,6	2.421	-1,9

Fonte: PNADs do IBGE.

Ao contrário do que costumeiramente se pensa, a maior parte da pobreza no Brasil não é rural, mas urbana e residente principalmente em cidades médias e pequenas do interior do Brasil. A população rural corresponde apenas a 25% da população pobre, quase do mesmo tamanho da pobreza existente nas regiões metropolitanas do País. Entretanto, a insuficiência de renda – ou seja, a quantidade monetária necessária para que cada pessoa chegue até a linha de pobreza – é maior nas regiões metropolitanas.

TABELA 3

Renda média *per capita* mensal e insuficiência de renda, 2001 (em R\$)

Regiões do Brasil	Metropolitano		Não Metropolitano			
			Urbano		Rural	
	Renda Per Capita	Insuficiência de Renda	Renda Per Capita	Insuficiência de Renda	Renda Per Capita	Insuficiência de Renda
<i>Norte</i>	48,31	34,43	48,78	34,55	37,85	33,68
<i>Nordeste</i>	46,10	36,81	44,54	38,80	36,73	34,81
<i>Sudeste</i>	43,00	41,42	41,96	34,47	44,69	31,00
<i>Sul</i>	47,42	37,18	45,60	30,82	44,50	31,19
<i>Centro-Oeste</i>	41,95	42,65	44,18	32,25	44,52	31,17
<i>Brasil</i>	44,61	39,26	44,45	36,09	39,11	33,67

Fonte: PNADs do IBGE.

Entre as pessoas de famílias pobres, existem 7,7 milhões de analfabetos, abrangendo 4,4 milhões de famílias. Esses analfabetos ainda estão subestimados, porque correspondem às pessoas de sete anos ou mais de idade que efetivamente declararam “não saber ler nem escrever”. Considerando-se as pessoas com menos de um ano de escolaridade, ou que simplesmente “assinam o próprio nome”, o número de analfabetos é bem maior.

Além da escolaridade, quase 1,2 milhão de famílias pobres não tem água canalizada no interior do seu domicílio. Da mesma forma, quase 20% das famílias pobres não tem banheiro ou sanitário em seu domicílio. Essas carências básicas da população estão em boa parte concentradas no Nordeste do País.

Seguindo duas outras linhas metodológicas, chega-se igualmente a um panorama preocupante do problema da pobreza no Brasil. Para uma linha de pobreza equivalente a meio salário mínimo (R\$ 90,00 em setembro de 2001) *per capita*, foram enumeradas cerca de 5,5 milhões de famílias, abrangendo quase 25,9 milhões de pessoas. Desses 5,5 milhões de famílias, 805 mil vivem em domicílios sem água canalizada e 1,3 milhão vive em domicílios sem banheiros ou sanitários. Quanto à escolaridade, das 25,9 milhões de pessoas, 4,7 milhões declararam não saber ler nem escrever.

Já para a linha de pobreza de um quarto de salário mínimo *per capita*, foram enumeradas 13,2 milhões de famílias, abrangendo 58,2 milhões de pessoas. Desses 13,2 milhões de famílias, 1,4 milhão vive em domicílios sem água canalizada e 2,3 milhões vivem em domicílios sem banheiros ou sanitários. Quanto à escolaridade, das 58,2 milhões de pessoas, 9,5 milhões declararam não saber ler nem escrever.

Visando ao enfrentamento desse quadro de pobreza e do problema da fome no País, o Programa de Governo contempla uma série de políticas estruturais, entre as quais se destacam: o apoio efetivo à agricultura familiar; o direito à Previdência Social; o direito à complementação de renda para que todas as crianças das famílias pobres possam ter formação educacional adequada; a ampliação da merenda escolar, atingindo todas as crianças que freqüentam escolas públicas, inclusive creches; e, finalmente, o apoio aos inúmeros programas criados por governos estaduais, municipais e pela sociedade civil organizada que buscam combater a fome por meio de restaurantes populares, bancos de alimentos, modernização do abastecimento, incentivo à agricultura urbana, apoio ao autoconsumo alimentar e à agricultura familiar. Além disso, propõe-se, para atacar de imediato o problema da fome, o fornecimento do “cartão de alimentação” para as famílias muito pobres, possibilitando-lhes comprar os alimentos de que necessitam.

Saliente-se que o Governo entende também que combater a fome não deve ser considerado apenas um “custo”, mas também um investimento no Brasil. O aumento no consumo de alimentos que compõem a cesta básica, de forma a garantir alimentação adequada para 10 milhões de famílias vulneráveis à fome, pode gerar cerca de R\$ 2,5 bilhões a mais em arrecadação de impostos por ano. Além disso, estima-se que o aumento da produção decorrente da expansão na demanda por alimentos, desde que corretamente implementadas políticas de incentivo à produção, deverá gerar aproximadamente 350 mil empregos na agricultura familiar. Assim, combatendo a fome, o pior efeito da miséria, estaremos combatendo também a miséria e os problemas que decorrem dela, como os gastos de saúde. Ainda que este seja o objetivo a ser alcançado ao longo dos próximos quatro anos, considera-se que já em 2003 sejam atendidas 1,2 milhão de famílias pelo conjunto de políticas do Programa Fome Zero.

Do ponto de vista institucional, a criação do Gabinete do Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA reflete a decisão política de priorizar de fato o problema, que nunca foi satisfatoriamente tratado por governos anteriores. Isso decorreu do diagnóstico de que havia a necessidade de políticas específicas para tratar do problema da fome, bem como de apoio e fomento a ações voltadas para mobilização da sociedade civil e de políticas estruturais a serem realizadas em conjunto com os diversos ministérios e com os governos estaduais e municipais. Assim, o MESA recebeu a responsabilidade pela implementação do Programa Fome Zero, no âmbito do qual as principais iniciativas para o exercício de 2003 compõem três conjuntos de ações, a saber:

- Formulação participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, por intermédio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea;
- Mutirão Nacional contra a Fome, envolvendo ações imediatas de combate à fome e à miséria, com grande mobilização da sociedade civil organizada e
- Políticas públicas para garantir a segurança alimentar.

A formulação participativa da Política Nacional de Segurança Alimentar teve início com a recriação do Consea, em 30 de janeiro. O Consea conta com

representantes da sociedade civil e do Estado e será um instrumento de articulação para propor as diretrizes para as políticas e ações na área da alimentação e nutrição. Além da recriação do Consea, o MESA estimulará a formação de conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar, de maneira que as questões locais e regionais sejam também tratadas de maneira específica. A partir da recriação do Consea, será iniciada a preparação da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, a ser realizada ainda em 2003.

O Mutirão Nacional contra a Fome implicará a realização de uma campanha voltada para ações imediatas de combate à fome e à miséria da população carente, com grande mobilização da sociedade civil organizada. O mutirão prevê campanhas de doação de alimentos, campanhas de doação em dinheiro, a aprovação do Estatuto do Bom Samaritano, a elaboração e distribuição de cartilhas e informativos para a conscientização sobre segurança alimentar e a formação de grupos de voluntários para auxiliarem no acompanhamento das famílias beneficiárias pelo Programa Cartão Alimentação e na articulação de outros programas do MESA e do Governo Federal.

A campanha nacional de doação de alimentos envolverá toda a sociedade, mobilizando esforços para a captação e distribuição de alimentos para famílias de baixa renda e instituições filantrópicas em todo o Brasil, com prioridade para os municípios atingidos pela seca no Nordeste e famílias da área rural que aguardam programas de assentamento da Reforma Agrária. A campanha para doação em dinheiro será articulada para o recebimento de doações diretas de recursos, a serem canalizados para ações específicas, como a superação do analfabetismo, o programa de construção de cisternas no Nordeste e a constituição dos comitês de gestão do Programa Fome Zero nos municípios, entre outros.

Também no âmbito do Mutirão Nacional contra a Fome, o MESA realizará um forte trabalho de conscientização junto ao Congresso Nacional e à sociedade, cujo objetivo é a aprovação do Estatuto do Bom Samaritano. A proposta para o Estatuto do Bom Samaritano encontra-se em tramitação no Congresso Nacional e sua aprovação auxiliará na viabilização do Programa Banco de Alimentos e outras iniciativas de segurança alimentar.

A elaboração de cartilhas faz parte de um amplo projeto de conscientização e envolvimento da sociedade nas práticas e políticas relacionadas à segurança

alimentar. Serão elaboradas cartilhas para públicos específicos, como empresas, universidades, ONGs, prefeituras e governos. O objetivo é demonstrar o que cada agente pode fazer para contribuir com o Programa Fome Zero.

A articulação de uma campanha para a formação de grupos de voluntários do Programa Fome Zero terá como objetivo estimular a participação de pessoas e grupos que desejam se engajar em ações do MESA nos municípios. O princípio da campanha será incentivar a participação voluntária e estabelecer o elo entre os voluntários e os comitês gestores do Fome Zero nos municípios.

O conjunto de políticas públicas que sustentam o Programa Fome Zero perpassa a ação de diversos ministérios, o que implica uma forte articulação interministerial para a garantia de sucesso do programa. Essas ações envolvem desde políticas estruturais, como programas de geração de emprego e renda, até políticas específicas realizadas pelos ministérios setoriais e pelo próprio MESA.

Estão relacionadas, a seguir, o conjunto de políticas específicas a serem implementadas por este Ministério no exercício, bem como o conjunto de políticas setoriais consideradas de implantação prioritária em 2003.

1. Programas de Capacitação de Agentes Locais

Os programas de capacitação de agentes locais têm o objetivo de implantar e desenvolver práticas de desenvolvimento sustentável nos municípios atendidos pelo Programa Fome Zero. Além dos municípios que já vinham sendo atendidos pelo Comunidade Solidária, as ações serão ampliadas para atender a novos municípios. A capacitação de agentes locais integra ações como:

- Avaliação do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável nos municípios-alvo;
- Capacitação de gestores locais nos municípios-alvo;
- Formação de Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável e
- Apoio ao Desenvolvimento de Programas Inovadores.

2. Programa Nacional de Banco de Alimentos

O Programa Nacional de Banco de Alimentos será baseado no incentivo e oferecimento de suporte à implantação de Bancos de Alimentos em médios e

grandes municípios. O programa faz parte de uma política de redução do desperdício e viabilizará a doação de alimentos que poderiam ser desperdiçados pelos supermercados, restaurantes e empresas em geral para associações e entidades de caridade.

3. Programa de Restaurantes Populares

O Programa de Incentivo à Instalação de Restaurantes Populares visa a criar uma rede de proteção alimentar em zonas de grande circulação de trabalhadores nas áreas metropolitanas. O objetivo é que o trabalhador tenha acesso à refeição balanceada e de qualidade a preços populares.

4. Programa Cartão Alimentação – PCA

O Programa Cartão Alimentação oferecerá a famílias de baixa renda um benefício no valor de R\$ 50,00 a serem gastos na compra de alimentos básicos na localidade de moradia da família. Com início na região do semi-árido, o programa associará o benefício com políticas de garantia de cidadania, visando à emancipação socioeconômica das famílias, como:

- Educação alimentar e nutricional;
- Saúde e nutrição;
- Geração de emprego e renda;
- Abastecimento de água;
- Saneamento básico e
- Qualidade na construção ou reforma da habitação.

5. Programa de Educação Alimentar e Nutricional

O Programa de Educação Alimentar e Nutricional possui o objetivo de disseminar práticas de segurança alimentar, valorizando a melhoria do hábito alimentar e de consumo e a valorização da alimentação regional e local. O programa será baseado na capacitação de agentes locais e na ampla utilização de meios de comunicação de massa, como rádio e televisão.

6. A ampliação e aperfeiçoamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em parceria com o Ministério da Educação

A ampliação e o aperfeiçoamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE passam pelo aumento do repasse por criança matriculada, em especial na pré-escola, a ser realizado pelo Ministério da Educação e por ações específicas a serem realizadas pelo MESA, em especial no que diz respeito à capacitação dos municípios para:

- A aquisição de alimentos na localidade, incentivando a produção local;
- O aumento do valor nutritivo da alimentação escolar e
- Capacitação das merendeiras.

7. Programa de Distribuição de Cestas Básicas Emergenciais

A distribuição de cestas básicas emergenciais deverá ocorrer nos casos em que as famílias em situação de risco alimentar tenham preferência pelo fornecimento de alimentos em vez do benefício do Programa Cartão Alimentação. O programa atenderá especificamente:

- Famílias acampadas aguardando programa de reforma agrária, totalizando 80 mil famílias;
- Comunidades indígenas em risco alimentar, totalizando aproximadamente 43 mil famílias e
- Comunidades quilombolas, totalizando cerca de 5 mil famílias.

Por fim, além das políticas a serem implementadas diretamente pelo MESA em 2003, o Governo adotará um conjunto de políticas estruturais e específicas de responsabilidade de outros ministérios, que são fundamentais no combate à causa da fome e da pobreza. Será necessária, nesse processo, uma forte articulação intersetorial para a implantação de políticas, de maneira que cada Ministério ofereça sua contribuição no combate à insegurança alimentar. O MESA pretende, assim, atuar de forma cooperativa na implementação do seguinte conjunto de políticas em 2003:

1. Reforma Agrária

- Elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária;

- Plano emergencial de assentamento de famílias acampadas e
- Recuperação de assentamentos em situação precária.

2. Fortalecimento da agricultura familiar

- Ampliação do atendimento do crédito rural para agricultores familiares (Pronaf – B) e
- Financiamento para agricultura familiar na safrinha.

3. Projeto emergencial de convivência com o semi-árido

- Implantação do Seguro Safra;
- Abastecimento emergencial de água e
- Construção de pequenas obras hídricas: cisternas e barragens subterrâneas.

4. Programa de superação do analfabetismo

- Alfabetização de adultos nos municípios atendidos pelo Programa Fome Zero e
- Programa de educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária.

5. Programa de geração de emprego

- Financiamento para habitação e saneamento para famílias de baixa renda;
- Programas de expansão do microcrédito e
- Incentivo ao turismo rural.

6. Programa de Combate à Desnutrição Materno-Infantil

7. Programa Bolsa Alimentação.

6

ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL

A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL – MAPS É UMA REAFIRMAÇÃO DO COMPROMISSO SUPERIOR DO GOVERNO FEDERAL: A INCLUSÃO SOCIAL DE MILHÕES DE FAMÍLIAS BRASILEIRAS, ASSOCIADA A UM REDIRECIONAMENTO ECONÔMICO VOLTADO PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM NOSSO PAÍS.

O Ministério da Assistência e Promoção Social é um instrumento do compromisso governamental com as demandas sociais de nosso povo. No exercício de suas atribuições, de forma integrada com as outras pastas da área social, o Ministério enfrentará e combaterá a principal característica de nossa realidade social: a excessiva proporção da população brasileira vivendo em situação de pobreza perante a relativa riqueza do País.

Aliar crescimento econômico com redução no grau de desigualdade é a combinação desejada para o combate à pobreza e à miséria. O Brasil, dispondo de um gasto anual com programas sociais, incluindo a Previdência Social, da ordem de R\$ 200 bilhões, não apresenta, a princípio, um relevante problema de natureza orçamentária, mas sim de frágil efetividade na implementação da política social. A despeito do elevado volume de gastos, não tem sido capaz de reduzir as desigualdades presentes.

O Ministério da Assistência e Promoção Social passa a ser responsável pela implantação da Política Nacional de Assistência Social e pelo exercício permanente de articulação, coordenação e avaliação do conjunto dos programas sociais do Governo Federal.

Assistência social

O Ministério da Assistência e Promoção Social tem a atribuição de construção de diretrizes para a implantação da Política Nacional de Assistência Social, tendo como referência a Constituição de 1988, nos seus artigos 203 e 204, regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, instituída em 7 de dezembro de 1993.

A LOAS estabelece que as ações de assistência se desenvolvam de forma descentralizada e participativa, com efetiva partilha de poder, clara definição das competências de cada esfera de governo, prática da cidadania por meio dos conselhos de assistência social e transferência da responsabilidade pela coordenação, execução e co-financiamento das ações para os estados e municípios.

Os programas já em curso serão mantidos. É o caso, por exemplo, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, dos Programas de Atenção à Pessoa Idosa e à Pessoa Portadora de Deficiência, do Benefício de Prestação Continuada, do Programa de Atenção às Crianças de 0 a 6 anos ou dos Programas de Atendimento à Juventude (Agente Jovem), que serão alvo de aperfeiçoamento. Não haverá descontinuidade de atendimentos. No entanto, a partir de uma concepção de implementação integrada dos programas, a focalização fundamental vai sofrer uma mudança significativa, deslocando-se do indivíduo para a família.

Por isso, o programa prioritário – definido como um sistema ordenador e de gestão das ações da assistência social – será o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF. Contrariamente à lógica de programas e projetos centrados no indivíduo, o PAIF privilegia a assistência social à família.

Avaliação dos programas sociais

A baixa efetividade das políticas sociais existentes, em particular no que se refere à redução da desigualdade, deriva sobretudo de dois fatores principais. O primeiro refere-se ao reduzido grau de focalização da política social sobre a parcela da população verdadeiramente pobre. O segundo é a ineficácia das

políticas sociais. As intervenções públicas não têm assegurado relevante aumento do bem-estar dos beneficiários, seja expandindo sua capacidade produtiva, garantindo oportunidades para a utilização dessa capacidade ou, ainda, assegurando o acesso a serviços e necessidades básicas desse grupo. Além desses fatores, destaca-se a inexistência de um sistema de avaliação dos impactos dos programas sociais.

Desse modo, uma meta prioritária do Ministério da Assistência e Promoção Social, estabelecida para 2003, é a criação de um Sistema de Avaliação Integrado e Contínuo dos programas sociais, com baixo custo unitário de avaliação, que permita elevar a efetividade, a eficácia, a eficiência e o grau de focalização dos programas. Avaliar de forma contínua tem o propósito determinado de identificar entraves e redesenhar continuamente cada programa, no sentido do aprimoramento. Deve avaliar não apenas cada programa e seus resultados, isoladamente, mas a resultante do conjunto dos programas. E, além disso, oferecer a todos os gestores governamentais, bem como à sociedade em geral, uma mostra panorâmica integrada dos programas sociais tal como eles ocorrem, em cada município.

É absolutamente necessário definir com precisão onde está cada dificuldade na implementação das políticas: no desenho do programa, no processo de execução ou no grau de focalização. Além disso, uma avaliação rigorosa e consistente permitirá redirecionar e otimizar recursos, ampliando a cobertura e aumentando o bem-estar da população.

Outra meta para 2003 é a constituição e gestão do cadastramento local das populações pobres em um banco de dados integrado e a serviço de todas as pastas ministeriais. Esse esforço visa a estruturar um sistema de informações gerenciais integrado e implica, evidentemente, a consolidação e validação dos diversos cadastros existentes, fragmentados e sem comunicação mútua. Só será viável alterar o cenário do baixo impacto social proporcionalmente ao volume dos recursos aplicados, com a conclusão desse verdadeiro CPF da Pobreza. Concluído, o conjunto dos ministérios estará dotado de uma ferramenta tão poderosa quanto indispensável para uma maior precisão no foco e redução da sobreposição indesejável entre os diversos programas sociais.

Articulação e coordenação dos programas sociais

As indesejadas características de fragmentação e sobreposição da política social do passado tornam imperiosas as atribuições do Ministério da Assistência e Promoção Social de permanente articulação e coordenação dos programas sociais do Governo Federal. Não se trata aqui de mera coordenação, mas de constituição das bases de um efetivo trabalho integrado. Um esforço do Governo a partir da compreensão de que tanto a ação quanto a avaliação dos programas governamentais devem atravessar as diversas pastas da área social, otimizando resultados.

Nesse esforço do Governo, cabe ao Ministério da Assistência e Promoção Social uma intensa agenda de articulação interministerial, de forma a garantir a integração de programas, projetos e serviços das políticas setoriais básicas – Educação, Trabalho, Saúde, Cidades, Cultura, Habitação e Segurança Alimentar.

A atribuição de conduzir um Sistema de Avaliação Integrado e Contínuo da política social, aliada aos esforços de constituição e gerenciamento de um Cadastro Unificado da Pobreza (CPF da Pobreza) e à mudança conceitual e metodológica de gestão das ações sociais a partir da prioridade do atendimento integral às unidades familiares em situação de vulnerabilidade social, irá dotar o Ministério da Assistência e Promoção Social dos instrumentos vitais para dar consequência à responsabilidade de articulação e coordenação dos programas sociais do Governo Federal. Essa meta a ser construída de forma gradual e concertada com as demais pastas permite o estabelecimento de bases efetivas para: reduzir a sobreposição e a fragmentação das ações públicas; articular as ações governamentais, privadas e da sociedade civil organizada em redes locais com elevado potencial de sustentabilidade; aumentar a eficiência da alocação dos recursos disponíveis; racionalizar os investimentos das diversas pastas sociais; e assegurar a maior focalização dos programas sociais com redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida da população.

7

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Setenta e quatro milhões de pessoas beneficiadas em 2002

EM 2002, A PREVIDÊNCIA SOCIAL ATINGIU A MARCA HISTÓRICA DE 21,1 MILHÕES DE BENEFÍCIOS PAGOS MENSALMENTE. CONSIDERANDO QUE, CONFORME DADOS DO IBGE, PARA CADA BENEFICIÁRIO DIRETO HÁ 2,5 PESSOAS QUE SE BENEFICIAM INDIRETAMENTE, OS PAGAMENTOS DA PREVIDÊNCIA CHEGARAM A 74 MILHÕES DE PESSOAS. ISSO REPRESENTA 42,3% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, ISTO É, DE CADA DEZ BRASILEIROS, QUATRO FORAM BENEFICIADOS DIRETA OU INDIRETAMENTE PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM 2002.

Para atingir a marca, foram gastos R\$ 88 bilhões, o equivalente a 6,78% do PIB, em virtude do aumento da quantidade e do valor médio dos benefícios pagos. Essas dimensões colocam a Previdência como um dos pilares da estabilidade social no Brasil. É uma transferência de recursos para a população que ajuda significativamente a reduzir a pobreza, principalmente nas áreas rurais.

O crescimento da quantidade deve-se, em parte, ao aumento expressivo do número de benefícios pagos aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar. Com 6,9 milhões de benefícios anuais, a Previdência Rural é o maior programa de transferência de renda do País.

Ao longo de toda a década de 1990 houve uma forte expansão do número de benefícios emitidos pela Previdência Social, fruto, basicamente, do processo de implementação das diretrizes da Constituição de 1988 e de sua regulamentação pelas Leis 8.212 e 8.213, de 1991, bem como do amadurecimento da Previdência Social contributiva, com a chegada à aposentadoria de amplos

contingentes da população que acumularam tempo de filiação nas décadas de 1960 e 1970.

Nos lares brasileiros que têm beneficiários da Previdência Social, a renda *per capita* subiu mais. Esse aumento foi de 30%, entre 1992 e 1999, enquanto a renda *per capita* média dos lares que não recebem nenhum benefício foi elevada em 23%. Nos lares beneficiados pela Previdência, a renda é um terço superior à média nacional e mais da metade maior que a renda dos lares não beneficiados.

Expansão da Previdência ajuda a reduzir a pobreza

A expansão da Previdência Social está ajudando a reduzir os níveis de pobreza no País. Caso não existissem os pagamentos feitos pelo sistema previdenciário, o percentual de pobres aumentaria de 34% para 45,3% da população, ou seja, o número de pobres aumentaria de 54,5 milhões para 72,6 milhões. O gasto da Previdência Social foi responsável pela diminuição de 11,3 pontos percentuais nos níveis de pobreza em 1999. Não fosse essa política pública, haveria 18,1 milhões a mais de pobres.

Em resumo: a expansão da Previdência Social foi fundamental para a redução da pobreza no Brasil nos últimos anos. A expansão do pagamento de aposentadorias e pensões pôde ser verificada tanto na quantidade de beneficiários quanto no aumento do valor médio dos benefícios pagos.

As aposentadorias e pensões pagas pela Previdência são mais importantes onde o Brasil é mais pobre, como no Nordeste “da seca”, onde representam 19,6% da renda das famílias. Em outras áreas, como o Nordeste “fora da seca”, chegam a 11,4% e, no resto do Brasil, 9,7%. Dessa forma, a Previdência Social chega a cumprir, sem que essa tivesse sido sua finalidade originária, uma função importante no reequilíbrio e desenvolvimento regional.

No Nordeste “da seca”, existem 2,52 pessoas beneficiárias de aposentadorias do INSS para cada uma pessoa formalmente empregada pelo setor privado. Enquanto no Brasil os recursos transferidos pelo INSS equivalem, em média, a cerca de um quarto da massa salarial formal do setor privado, no Nordeste “da seca” superam-na em 32,8%.

Em seis de cada dez municípios brasileiros, a renda proveniente da Previdência Social supera o Fundo de Participação dos Municípios – FPM. As famílias com idosos têm renda 15% maior do que as famílias sem idosos. Vem da Previdência a maior parte da renda dos idosos, que participam com R\$ 67 em cada R\$ 100 de renda de suas famílias.

No Brasil, a Previdência Social tem um papel importante na transferência da renda da área urbana para a área rural. As conquistas sociais no campo estão intimamente associadas à expansão da Previdência, cujos pagamentos auxiliam as famílias que vivem em economia de subsistência, dinamizam o comércio local, ajudam no financiamento de pequenas produções, reduzem a migração das áreas rurais para as grandes cidades e garantem renda na época da entressafra.

Problemas do sistema

Não obstante a relevância da Previdência Social para a estabilidade social do País, o sistema previdenciário brasileiro apresenta deficiências e desequilíbrios que precisam ser equacionados. Relativamente ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, podem ser apontados os seguintes problemas:

- Baixa cobertura: o reduzido número de trabalhadores contribuintes, em relação à população economicamente ativa, expressa uma gravíssima situação social. Os trabalhadores não contribuintes do sistema previdenciário totalizam 57,7% da população ocupada, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/2001 do IBGE. São aproximadamente 41 milhões de trabalhadores sem o amparo da Previdência Social. Destes, cerca de 18,8 milhões apresentam a renda, idade e demais requisitos ocupacionais para poder contribuir, mas não estão filiados à Previdência Social. Entre os trabalhadores por conta própria, 8,5 de cada dez trabalhadores não contribuem para a Previdência;
- Crescente desequilíbrio entre as despesas com benefícios previdenciários e as receitas decorrentes da contribuição dos trabalhadores e das empresas, incidentes sobre a folha de salários: no ano de 2002, o resultado negativo foi de R\$ 16,9 bilhões;
- Estrutura de fiscalização trabalhista e previdenciária inadequada;

- Pouca eficácia na cobrança da dívida ativa do INSS;
- Pouca efetividade na participação da sociedade na gestão do sistema previdenciário;
- Aposentadorias por tempo de contribuição concedidas em idades precoces: a idade média da concessão em 2002 ficou pouco acima dos 53 anos;
- Sistemática de contagem do tempo de serviço rural que, além de vulnerabilizar os segurados rurais na hora de solicitar seu benefício, propicia a ocorrência de fraudes e
- Elevada renúncia de contribuições previdenciárias, em face do tratamento diferenciado dado a diversos segmentos econômicos, o que dificulta que o equilíbrio atuarial do RGPS seja alcançado: a estimativa da renúncia previdenciária é de R\$ 9 bilhões para 2003.

Previdência Social dos servidores públicos

Pelas regras constitucionais vigentes, há regime previdenciário próprio para os servidores públicos civis titulares de cargo efetivo, assim como para os militares das Forças Armadas e Polícias Militares. Estes regimes próprios apresentam uma expressiva dimensão financeira e cobrem um público de significativa extensão.

Os regimes próprios oferecem proteção previdenciária aos servidores da União, de todos os estados e de 2.141 municípios. Ao todo, entre servidores ativos, inativos e os pensionistas da União e dos estados, estão cobertas 7.312.063 pessoas, conforme pode ser observado a seguir.

TABELA 4

Quantitativo de servidores cobertos pelos regimes próprios

Descriminação	Ativos	Inativos	Pensionistas	Total
União	703.517	505.726	391.435	1.600.678
Civis	425.252	382.558	219.687	1.027.497
Militares	278.265	123.168	171.748	573.181
Estados	2.560.958	1.035.576	514.173	4.110.707
Totais	3.967.992	2.047.028	1.297.043	7.312.063

Apesar da relevante cobertura de riscos aos funcionários públicos, o sistema de previdência própria apresenta problemas no que concerne ao seu financiamento. No ano de 2001, o resultado verificado nos regimes de previdência dos servidores públicos da União, estados e municípios, evidenciou necessidades de financiamento da ordem de 4,1% do PIB, não se computando a contribuição dos entes públicos, e 2,8% do PIB, se esta for tomada em consideração. Tais fatos evidenciam a dimensão econômica dos regimes próprios de previdência. O pagamento de inativos e pensionistas do serviço público equivale a 4,7% do PIB brasileiro.

Do ponto de vista da utilização dos recursos da União e dos estados com os regimes próprios, verifica-se forte comprometimento da receita corrente líquida desses entes federativos com despesas de pessoal inativo e pensionistas, da ordem de 15,1% e 23,4%, respectivamente.

A avaliação atuarial dos regimes próprios de previdência da União e dos estados aponta para um déficit atuarial de R\$ 342,3 bilhões e R\$ 255,9 bilhões, respectivamente. Considerando a quantidade de pessoas abrangidas pelos regimes próprios e os vultosos recursos financeiros envolvidos, torna-se necessária a elaboração de mecanismos de regulação legal, cadastral, contábil e atuarial.

Principais iniciativas para o ano de 2003

Um dos maiores desafios deste Governo é o equacionamento da questão previdenciária. Para o seu enfrentamento, é necessário um conjunto de iniciativas de curto, médio e longo prazos, visando à construção de soluções estruturais. Essas devem assegurar às gerações presente e futuras um sistema previdenciário básico, que, simultaneamente, cumpra com seus objetivos sociais e seja sustentável economicamente.

Como eixo central da política a ser seguida, está a consideração do direito à proteção pela Previdência Social como um dos direitos sociais fundamentais a que tem direito o trabalhador brasileiro. Concomitantemente, entende-se que um redesenho do sistema previdenciário brasileiro, conforme as diretrizes expressas no Programa de Governo 2003-2006, contribuirá positivamente para o ambiente macro e microeconômico do País e para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e dinâmico.

No plano administrativo, a reestruturação organizativa, em curso no Ministério, será importante para a implantação do novo modelo previdenciário. Trata-se de recuperar a capacidade de gestão e formulação em áreas estratégicas do sistema, como no campo da regulação da previdência complementar e na atualização tecnológica da Previdência Social, onde a falta de investimentos e a descoordenação de períodos pregressos deixaram graves lacunas na capacidade operacional do sistema. Além disso, para cumprir com o duplo mandato da progressividade social e da viabilidade econômica, as estruturas do Ministério, da Dataprev e do INSS requerem, de um lado, maior articulação dos processos de arrecadação de contribuições previdenciárias e, de outro, do reconhecimento de direitos previdenciários.

Entre as iniciativas que este Ministério pretende desenvolver no ano de 2003, relativamente ao Regime Geral de Previdência Social, cumpre ressaltar:

- Combate sistemático à sonegação e à fraude, mediante a ampliação da fiscalização com medidas de modernização que estão sendo implementadas, destacando-se, dentre elas, os sistemas de cobrança automática das contribuições declaradas e de inteligência fiscal e, ainda, a adoção de punições mais severas aos praticantes de sonegação e fraude e a maior eficácia na cobrança da dívida ativa;

- Aumento da cobertura previdenciária com aperfeiçoamento de medidas legislativas, de conscientização, gerenciais e de apoio à fiscalização, de modo a simplificar, facilitar e criar atrativos à filiação ao sistema previdenciário;
- Adoção de maior clareza, transparência e eficácia contábil, definindo claramente cada modalidade de benefício e sua fonte de financiamento apropriada, separando-se os benefícios de caráter não-contributivo dos benefícios tradicionais contributivos; esse esforço tem por objetivo assegurar, com transparência, o papel fortemente redistributivo que a Previdência Social possui no Brasil;
- Aperfeiçoamento da gestão previdenciária, em especial por meio da revitalização das atribuições do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, de forma a tornar efetiva a gestão quadripartite preconizada pela Constituição;
- Implementar padrões de qualidade em pelo menos 30% das 1.147 Unidades de Atendimento da Previdência Social;
- Aperfeiçoar e estender o reconhecimento automático de direitos (atualmente a partir de julho de 1994) para o período até 1976, dispensando-se o segurado de provar tempo e valor das contribuições para os vínculos contributivos registrados no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS;
- Instituição de sistemática de identificação e inscrição do segurado especial, de forma a simplificar o processo concessório de benefícios, eliminar fraudes na contagem de tempo de serviço rural e proteger o trabalhador rural de intermediários de má-fé no momento da solicitação de benefício;
- Estender para todos os municípios brasileiros os serviços de pagamento, de modo a facilitar o acesso dos beneficiários ao recebimento de seus benefícios. Nas localidades de difícil acesso, ampliar as atividades dos PREVMóvel, incluindo o pagamento dos benefícios;
- Ampliar a disponibilização de serviços previdenciários pela Internet, oferecendo maior comodidade aos contribuintes e reduzindo custos no atendimento;
- Promover a divulgação e orientação sobre Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais como forma de dar conhecimento à sociedade sobre os riscos e as conseqüências advindas dessas doenças, bem como reduzir os custos para o sistema previdenciário;

- Intensificar a capacitação, por meio de programa de desenvolvimento gerencial voltado para os gerentes e suas equipes, de modo a proporcionar atendimento solícito, cortês, rápido e resolutivo à clientela previdenciária;
- Melhorar e ampliar as formas de acesso à Ouvidoria-Geral e às suas informações, de modo que o usuário possa obter informações, efetuar suas reclamações, bem como tomar conhecimento da situação em que se encontra a demanda de seu interesse e
- Assegurar soluções de tecnologia e informação modernas e eficientes, necessárias ao atendimento e à satisfação do cliente-cidadão, de modo que os serviços e informações oferecidos pela Previdência Social atendam às necessidades dos seus usuários internos e externos, estando disponíveis em todo o País de maneira consistente em termos de exatidão, qualidade, integridade e segurança, acessibilidade e comunicabilidade, a custo adequado.

Relativamente à Previdência no Serviço Público, há muito que se fazer. Algumas medidas necessitam ser operacionalizadas, visando a garantir a estabilidade do sistema, pois somente com a despesa de inativos, descontada a contribuição dos servidores ativos, a União, os estados e os municípios gastam recursos superiores a R\$ 49 bilhões por ano. Nesse sentido, a agenda deve compreender:

- Ampla discussão e apresentação pelo Governo Federal de uma proposta de reforma na previdência dos servidores públicos, no sentido de unificação dos regimes previdenciários no Brasil;
- Instituição do regime de Previdência Complementar para os servidores públicos, que permita aos entes da Federação estabelecer o limite máximo do valor de benefícios pago pelo RGPS para o seu respectivo corpo funcional e
- Apoio técnico aos estados e municípios para reformulação dos regimes próprios, até mesmo com utilização de recursos de organismos internacionais.

A Previdência Complementar deve ser vista como poderoso instrumento de fortalecimento do mercado interno e fonte de poupança de longo prazo para o desenvolvimento do País. É imprescindível que seja revisto e aprimorado todo o sistema regulatório da Previdência Complementar, uma vez que tem se

mostrado, em alguns aspectos, inibidor do crescimento do setor. Assim, a agenda contemplará:

- Expandir a Previdência Complementar, com o incentivo à criação de planos previdenciários por meio do vínculo associativo com sindicatos, cooperativas ou conselhos de profissionais liberais, intensificando a cultura previdenciária por meio da poupança voluntária;
- Implementar novas figuras, como a portabilidade e o benefício proporcional diferido, como alternativas para os participantes de fundos de pensão, que eventualmente se desligam do patrocinador;
- Promover um processo de reaparelhamento da Secretaria de Previdência Complementar, em consonância com a crescente sofisticação dos sistemas de Previdência Complementar e com o processo de reforma do sistema previdenciário brasileiro como um todo e
- Estimular uma gestão orientada pelos princípios da estabilidade normativa, intensificando a ação de fiscalização em estreita articulação com todas as áreas da administração pública que se relacionam com os fundos de pensão.

8

EDUCAÇÃO

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE (LEI Nº 10.172, DE 2001), UMA EXIGÊNCIA DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LEI Nº 9.394, DE 1996), APRESENTA O DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO, AS DIRETRIZES, OS OBJETIVOS E AS METAS A SEREM BUSCADOS EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO NO PAÍS. ALGUMAS DAS METAS DO PNE JÁ FORAM ATINGIDAS, MAS HÁ MUITO AINDA POR SER FEITO, PARA ELEVAR O NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO, CORRIGIR AS ACENTUADAS DIFERENÇAS REGIONAIS QUE SE PERPETUAM, MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO E, PRINCIPALMENTE, ERRADICAR O ANALFABETISMO – UMA VERGONHA NACIONAL.

Evolução dos indicadores

No Ensino Fundamental, a taxa líquida de escolarização tem evoluído satisfatoriamente, passando de 80,1%, em 1980, para 97% das crianças de sete a quatorze anos matriculadas em 2002. A taxa de evasão diminuiu ligeiramente de 5,3% em 1995-1996 para 4,9%, em 2000. No entanto, a taxa de repetência tem crescido: em 1998 o índice era de 21,3%, em 1999 passou para 21,6% e, em 2000, atingiu 21,7%. A taxa de distorção idade/série, que em 1996 era de 47%, foi reduzida em 2000 para 41,7%, chegando a 39,1% em 2001.

Em 2002, o Programa Bolsa-Escola contemplou 8,7 milhões de alunos, o que representa 27% das matrículas no Ensino Fundamental público, em 5,1 milhões de famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 90,00. A merenda escolar é distribuída durante os duzentos dias letivos a cerca de 37 milhões de

alunos matriculados no Ensino Fundamental e Pré-Escolar da rede pública e de escolas filantrópicas.

Os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola têm contribuído para a manutenção de prédios escolares e a aquisição de pequenos equipamentos necessários ao desenvolvimento do ensino, em todas as regiões do País. O Programa do Livro Didático está em contínuo processo de aperfeiçoamento e, em 2001, incorporou a distribuição de dicionários da língua portuguesa e a produção de livros em Braille. Relativamente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, as compensações da União, em 2002, contemplaram três estados da Região Nordeste e um da Região Norte.

Conforme dados preliminares do Censo Escolar, o Ensino Médio contou, em 2002, com cerca de 8,8 milhões de alunos matriculados, dos quais 87% atendidos pelas redes públicas. Entre 1994 e 2001, a expansão foi de 70,1% no Ensino Médio regular; nesse período foram incorporadas 3,5 milhões de novas matrículas, e apenas em 2002, ocorreram outras 400 mil matrículas. A taxa de escolarização líquida, que era de 20%, em 1995, passou para 33% em 1999, chegando a 34,3% em 2001. A taxa de distorção idade/série caiu de 54,9% para 53,3%, entre 2000 e 2001, apontando para o fato de mais alunos na faixa etária de quinze a dezessete anos encontrarem-se freqüentando a série correspondente à sua idade.

Na Educação Profissional, entre os anos de 2000 e 2002 houve ampliação de 29,8% na matrícula. O número de escolas da rede federal de educação tecnológica passou de 114, em 1995, para 137 em 2001. Os Centros Federais de Educação Tecnológica, que atuam nos três níveis de educação profissional e que também funcionam como centros de serviços, somam hoje 27 unidades.

O analfabetismo, na faixa etária de quinze anos ou mais, foi calculado pelo IBGE em 13,6%, em 2000. De acordo com o Censo Escolar 2001, a matrícula do Ensino Fundamental de jovens e adultos cresceu 17% em todo o País. O crescimento foi maior nas Regiões Norte, com 34%, e Nordeste, com 54%. O crescimento da matrícula foi atribuído, entre outras ações, à criação do Recomeço – Programa Supletivo nas Regiões Norte, Nordeste e em 389 municípios com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH menor que 0,5.

Quanto à Educação Especial, dados do Censo Escolar indicam que, considerando as escolas especializadas e os alunos integrados nas escolas comuns, o atendimento a alunos com necessidades especiais aumentou 33%, entre 1998 e 2002. No período, o atendimento em classes comuns cresceu 150%, passando de 43,9 mil em 1998 para 110,5 mil em 2002. Como consequência, o percentual de alunos com necessidades especiais atendidos pelas classes de integração passou de 13%, em 1998, para 24,6%, em 2002.

A Educação Superior registrou o dobro do número de matrículas nos últimos dez anos, chegando a 3 milhões em 2001. Relativamente ao corpo docente, o percentual de professores com doutorado, em 2002, chegou a 46,52%. Nesse mesmo ano, foram titulados 20 mil alunos de mestrado e 6 mil de doutorado.

Principais iniciativas para 2003

Educação Básica

Os desafios para o Governo Federal na Educação Básica – que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, em suas diversas modalidades – são imensos e não se pode ter dúvidas quanto à sua prioridade. Um grande volume de recursos será necessário para que, gradativamente, nos próximos quatro anos, ocorra a necessária expansão das vagas em todas as etapas desse nível de ensino, da Pré-Escola ao Ensino Médio. O Governo Federal trabalha com a perspectiva de efetiva universalização da Educação Básica, o que demandará a formulação e a implementação de políticas integradas para os seus diversos níveis e modalidades, de modo a consolidar a concepção de Educação Básica presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Uma das propostas da maior relevância consiste no debate em torno do aprimoramento do Fundef, ampliando a sua finalidade, para transformá-lo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundef. Essa decisão é considerada uma das condições essenciais para que se atinja, gradualmente, a pretendida universalização do conjunto da Educação Básica, tal como praticamente já ocorreu com o Ensino Fundamental.

Educação Infantil

Na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, a Constituição Federal reconhece o direito da criança de até seis anos à educação e ao atendimento em creches e pré-escolas, em uma concepção do cuidar e educar, fator de desenvolvimento humano e de formação para o exercício pleno da cidadania.

A fim de superar desigualdades regionais no atendimento em creche e pré-escola, é preciso que, de maneira integrada, União, estados e municípios compartilhem responsabilidades quanto à expansão da oferta de Educação Infantil e definam um valor custo–aluno–qualidade para a creche e pré-escola. Em suma, o que se pretende é consolidar a Educação Infantil como parte integrante e indissociável da Educação Básica.

Ensino Fundamental

No que se refere ao acesso e à permanência, os avanços no Ensino Fundamental apontam para a universalização desse nível da Educação Básica. Contudo, há que se atentar para a qualidade social desse ensino, condição primeira para que ocorra o êxito escolar, além da interação com os demais níveis da Educação Básica e a continuidade de estudos no Ensino Médio.

Garantindo renda à família, por meio da exigência dos filhos na escola, o Governo dará dinamismo ao *Programa Bolsa-Escola*, que deverá conhecer inovações, plenamente incorporado a uma proposta político-pedagógica de qualidade para todos. Nesse sentido, deverão ser revisados critérios e parâmetros que norteiam seu atual sistema de distribuição – como o pagamento por família, não por criança –, o sistema de frequência, o valor pago (de forma a reajustá-lo ao longo dos quatro anos), além do exame da possibilidade de se agregar ao programa as ações Saúde no Bolsa-Escola e o Poupança-Escola, como forma de incentivo aos alunos para a conclusão de seus estudos.

Em 2003, serão distribuídos mais de 110 milhões de livros didáticos aos alunos do Ensino Fundamental público. Além disso, pretende-se criar 150 mil Bibliotecas Familiares, uma para cada mil habitantes, composta por uma caixa com cinquenta livros, os quais serão trocados mensalmente, com a participação da sociedade. Os 47 mil carteiros também vão distribuir livros nas

casas, os quais serão substituídos após certo período, tudo com o objetivo de se criar o hábito da leitura.

Outra iniciativa que o Ministério da Educação pretende implementar é a Escola Ideal: toda criança na escola, com professores motivados e valorizados. É a escola que alfabetiza crianças e adultos, bem equipada e conservada, que aborde temas contemporâneos, como ética e ecologia. Essa escola ideal estará assentada no compromisso com a qualidade, traduzida em:

- princípio da equidade;
- gestão democrática e participativa;
- valorização dos profissionais da educação;
- avaliação dos alunos de forma contínua e formativa;
- correção das distorções idade/ciclo/série;
- organização dos tempos e espaços escolares;
- incorporação das novas tecnologias aplicadas à educação e
- aumento progressivo do valor e permanente monitoramento de qualidade da merenda escolar.

A concretização dessa escola ideal também pressupõe amplo acesso aos resultados dos sistemas de avaliação. Assim, por exemplo, o que for apurado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB haverá de ser necessariamente apropriado pelas escolas, como base para eventuais redefinições de seus respectivos projetos político-pedagógicos e da própria condução de seu trabalho.

Um outro avanço, já em 2003, sob a forma de projeto-piloto, seria a distribuição de *Kit* Escolar – uniforme escolar completo – para os alunos carentes do Ensino Fundamental, aperfeiçoando as ações que o poder público empreende para a equidade nas condições de acesso e permanência na escola. Para tanto, pretende-se buscar parcerias junto a instituições públicas e privadas, bem como à sociedade em geral.

Combate ao analfabetismo

Entre as prioridades para o setor educacional, uma de caráter primordial é o combate ao analfabetismo de milhões de brasileiros, incluindo-se o analfabetismo funcional. Pretende-se, em 2003, desenvolver programas/ações de in-

centivo para todo adulto analfabeto aprender a ler. Se o País é capaz de viabilizar recursos da União para que jovens continuem seus estudos frequentando cursos de mestrado e doutorado, não pode ser impossível dar incentivos a essas pessoas que não tiveram acesso à educação formal.

Coerentemente, ao mesmo tempo em que conduzirá o grande combate ao analfabetismo, o Governo pretende ampliar sua atuação no campo da educação de jovens e adultos, que, impedidos pelas mais diversas razões de frequentarem a escola na idade adequada, precisam completar sua formação educacional básica, à qual têm pleno direito. Por suas especificidades, essa educação é diferenciada e requer material didático próprio e professores especialmente preparados. Idêntico raciocínio aplica-se à educação escolar indígena.

Ensino Médio

Para o Ensino Médio, pretende-se redirecionar a reforma em processo de implementação. O objetivo é repensar o modelo implantado, de forma a que o jovem, ao concluir esse nível de ensino, tenha conhecimento suficiente para escolher qual o caminho que quer seguir, a partir das três opções: universidade, educação profissional ou mercado de trabalho.

Para que todo o contingente de alunos que se apresenta com a universalização do Ensino Fundamental seja absorvido, faz-se necessário expandir, com qualidade, o Ensino Médio. Para isso, será dada prioridade absoluta à formação de professores para atuar nesse nível de ensino, especialmente nas disciplinas de física, química, biologia, matemática e português. As dificuldades encontradas por alunos procedentes do Ensino Médio têm demonstrado que há despreparo dos seus professores quanto a esses conteúdos. A partir de uma ampla discussão, pretende-se obter uma interação dos vários segmentos envolvidos, visando a estabelecer parâmetros que conduzirão ao aperfeiçoamento dos professores e, conseqüentemente, ao melhor aproveitamento do aluno.

Outro objetivo a se perseguir será a retomada de iniciativas para que o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Média e Tecnológica, venha participar ativamente das políticas públicas para o conjunto do Ensino Médio.

Educação Profissional

Quanto à Educação Profissional, o Governo também fará as mudanças visando à melhoria na qualidade de ensino. As modificações serão debatidas com as instituições federais de ensino e entidades do setor privado que operam nessa modalidade, além de segmentos diversos da sociedade.

No bojo desses aperfeiçoamentos, destaca-se proposta de que se alterem as restrições quanto ao ensino técnico, de modo que o aluno dessa modalidade seja certificado para ingressar no mercado de trabalho, ainda que não tenha concluído o Ensino Médio.

A exemplo do que se propõe para o ensino médio, objetiva-se estabelecer uma política nacional de Educação Profissional apoiada em três eixos: a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional propriamente dita e a Geração de Emprego e Renda. Assim, ela abrangerá não somente os jovens, mas, também, aquelas pessoas com mais idade que não tiveram acesso a essa modalidade de ensino ou que não puderam concluí-la na idade apropriada.

O trabalho será articulado, principalmente, com o Ministério do Trabalho e Emprego e contará com a participação de vários atores sociais, como entidades do Sistema S e centrais sindicais de trabalhadores, entre outros.

Educação Superior

Um dos principais objetivos para 2003 é a melhor utilização da capacidade instalada das Instituições Federais de Ensino Superior. Pretende-se utilizar plenamente a capacidade física e de pessoal das universidades, por meio da criação de oportunidades para acesso à totalidade das vagas existentes, tanto as oferecidas em processos seletivos quanto às consideradas remanescentes. Essa medida tem um forte componente social, porque se propõe a oferecer uma quantidade maior de vagas no sistema federal, visando a beneficiar um grande contingente de estudantes que não pode dar continuidade aos estudos por não ter acesso ao Ensino Superior gratuito.

Da maior relevância para o setor é a proposta de uma Nova Universidade. Trata-se de repensar a universidade em função dos desafios contemporâneos, de modo a criar condições para que ela acompanhe o avanço do conhecimento gerado pela globalização, tornando-a também mais socializada.

A proposta buscará a autonomia universitária em total interação com a sociedade, envolvendo professores, servidores, alunos e os diversos segmentos sociais, para que sejam discutidas alternativas viáveis à construção de uma escola de nível superior mais ágil e reflexiva, que formule e implemente projetos de ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a sociedade, com o tempo presente e com as soluções almejadas.

O Governo tem ainda a intenção de mobilizar estudantes universitários – cujo número atual gira em torno de 3 milhões – para que, dentro e fora da universidade, se engajem na luta não somente contra a “falta” de educação, mas também contra a fome e a pobreza. Pretende-se, ainda, reformular o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES para que mais jovens possam freqüentar a universidade, uma vez que, no sistema atual, essa possibilidade é bem restrita. Já existem recursos para 70 mil novos financiamentos (bolsas), o que permite a ampliação do programa.

Educação à distância

A Educação à distância é instrumento essencial para democratizar o acesso à educação, facilitar a formação continuada e elevar o padrão de qualidade da educação. Por isso, e em função dos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, em todo o mundo essa área apresenta notável crescimento.

Uma nova política social no País, que priorize a inclusão, exige a expansão dos programas existentes e do próprio uso da Educação à distância. Nesse sentido, o trabalho do Ministério da Educação para este ano aponta para a continuidade da digitalização da TV Escola e a ampliação de sua cobertura, de modo a alcançar todos os 5.661 municípios brasileiros. Além disso, ela abrirá faixas na programação para colaborar com os programas de alfabetização, de combate à exclusão social e de promoção da cidadania.

Outra linha de ação é a continuidade do Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo, visando à meta inicial de 300 mil computadores nas escolas públicas (foram adquiridos, até dez/2002, 53.852 micros, atendendo a 4.638 escolas em 1.855 municípios). Esse número pode ser ampliado, pela articulação entre o Ministério da Educação e o Ministério das Comunicações, com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST.

Avaliações educacionais

Entre outras medidas do Ministério da Educação, assinala-se a revisão do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que passaria a ser aplicado nos três anos do ensino médio, bem como do Exame Nacional de Cursos (*Provão*), de modo a torná-lo obrigatório.

Prioridade institucional

Quanto aos aspectos normativos, institucionais/legais de grande impacto, a marcar a administração do setor em 2003, destaca-se a criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo – SEEA, que será responsável pela principal prioridade deste Ministério, que é a eliminação do analfabetismo.

O tratamento prioritário às questões sociais de maior relevância, que priorize a inclusão social, requer que a SEEA assuma o comando da operação de resgate da cidadania, pela luta contra o analfabetismo. Suas ações consistem em integrar todos os programas e projetos do Governo e da iniciativa privada para deflagrar – em todo o território nacional – uma mobilização ampla e irrestrita no cumprimento de um dos principais objetivos do Governo que se inicia.

9

SAÚDE

A situação da saúde no Brasil

DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO DE 1988, O DEVER DO ESTADO DE GARANTIR O DIREITO À SAÚDE DEVE EFETIVAR-SE “MEDIANTE POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS QUE VISEM À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E DE OUTROS AGRAVOS E ASSEGUREM O ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE”. PARA ASSEGURAR ESSE DIREITO, A CARTA CONSTITUCIONAL DETERMINOU A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO PAÍS, DIRIGIDO PELAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO DE FORMA DESCENTRALIZADA, HIERARQUIZADA E REGIONALIZADA, COM ACESSO UNIVERSAL, OFERECENDO ATENÇÃO INTEGRAL SOB O PRINCÍPIO DA EQUIDADE.

As ações e serviços de saúde devem ser ofertados de acordo com as políticas e diretrizes aprovadas pelos Conselhos de Saúde em cada esfera de governo. A ação dos Conselhos deve ser pautada por recomendações de Conferências de Saúde, realizadas nas três esferas de governo, com ampla participação da população, para avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação das políticas de saúde. No final do ano de 2001, estavam instalados o Conselho Nacional de Saúde, Conselhos Estaduais em todas as Unidades da Federação e em 99,9% dos municípios brasileiros.

A disposição legal de descentralizar a direção do sistema de saúde aos estados e municípios vem sendo implementada de forma irregular, embora progressiva, por parte da União. Ao final de 2001, 99,5% dos municípios e 44,4%

dos estados haviam assumido alguma das formas de gestão descentralizada estabelecidas pela Norma Operacional Básica do SUS nº 01/1996. Desses, sete estados encontravam-se em Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde e 563 municípios em Gestão Plena do Sistema Municipal, que são as condições mais avançadas de gestão descentralizada previstas naquele instrumento legal. A partir de 2002, iniciou-se a implantação da Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS, que estabelece novas condições e modalidades de habilitação.

Além de respeitar as disposições legais, a descentralização do SUS, por meio da ampliação das condições para que estados e municípios possam dirigir os respectivos sistemas de saúde, visa a permitir que a atenção à saúde seja oferecida à população de acordo com as características de cada local. Essa prerrogativa tem fundamental importância principalmente devido às características demográficas e sociais da população. Entre outros indicadores, o aumento da população com idade mais avançada e a concentração dessa população nos municípios menores, devido ao deslocamento de jovens para os grandes centros em busca de melhores condições de emprego e renda, fazem com que sejam necessários ajustes nos desenhos da atenção em cada localidade.

Além do SUS, criado com a expectativa de mudar o modelo de atenção à saúde centrado em procedimentos especializados e fortemente marcado pela assistência à doença, funcionam no País um sistema de atenção médica supletiva (planos e seguros de saúde) e a compra direta de serviços pelo usuário.

O sistema de atenção médica supletiva respondia, em 2001, pelo atendimento a cerca de 28,9 milhões de pessoas, aproximadamente 16,7% da população brasileira, com forte variação regional. A maior parte dos segurados vincula-se aos planos e seguros privados por meio das empresas em que trabalham, segmento fortemente concentrado na Região Sudeste, que abriga a maior parte da população segurada do País. Acerca dessa modalidade de cobertura assistencial, é importante destacar que ainda apresenta limites no acesso aos cuidados necessários, principalmente aos procedimentos de maior custo e maior complexidade, segmento da atenção à saúde em que a cobertura pelo SUS alcança a quase totalidade da população. A rede ambulatorial continua a ser preponderantemente pública, pois representa 75,6% dos estabelecimentos.

Conferir estabilidade ao financiamento público da saúde no campo das políticas sociais tem sido uma das principais preocupações dos gestores do SUS, bem como do Congresso Nacional. Essa preocupação manifesta-se desde a elaboração do texto constitucional, bem como na história das lutas do setor de saúde ao longo da última década.

O gasto total do Ministério da Saúde apresentou um comportamento irregular ao longo do período 1993-2001. Cresceu 45% entre 1993 e 1995, ao passar de um montante de R\$ 15,3 bilhões para R\$ 22,3 bilhões. Apresentou posteriormente uma importante queda, em 1996 (decréscimo de 19,2% em relação ao ano de 1995), elevando-se novamente em 1997, quando atingiu o valor de R\$ 23,3 bilhões. Os gastos tornaram a cair nos anos de 1998 e 1999, situando-se entre R\$ 21 bilhões e R\$ 22 bilhões. Nos anos de 2000 a 2001, voltaram a se situar na faixa de R\$ 21 bilhões a R\$ 23 bilhões.

Em valores *per capita*, os dispêndios do Ministério da Saúde mantiveram-se entre R\$ 102, em 1993, e R\$ 132,9 em 1999. O valor máximo alcançado no período foi de R\$ 145,92 em 1997. Em 2001, este valor ficou em R\$ 135,29.

Uma análise dos gastos em saúde no ano de 2001, de forma regionalizada, mostra que as maiores despesas foram empenhadas nas Regiões Sudeste e Nordeste (39% e 25% da despesa total, respectivamente). As demais regiões responderam por 12% (Sul), 7% (Norte) e 6% (Centro-Oeste), restando 11% classificados como Gasto Nacional, que não permite desagregação por região.

Entre os programas desenvolvidos pelo Ministério, receberam aportes mais significativos os de Saúde da Família (R\$ 2,7 bilhões), Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST e AIDS (R\$ 643 milhões), Prevenção e Controle de Doenças Transmissíveis por Vetores (R\$ 640 milhões) e Assistência Farmacêutica (R\$ 351 milhões).

A estimativa da despesa pública em ações e serviços de saúde revela que, em 2000, houve um aporte de R\$ 34 bilhões pelos Governos Federal (R\$ 20,4 bilhões), estaduais (R\$ 6,3 bilhões) e municipais (R\$ 7,4 bilhões), perfazendo um gasto em saúde de R\$ 201 por habitante/ano. Foi considerada, nesse cômputo, apenas a despesa realizada com recursos próprios. Na maioria das unidades da federação – no que se refere à participação das esferas de governo no financiamento da saúde pública – verificou-se que os recursos federais são

responsáveis por mais da metade do financiamento desse gasto (com exceção de Amapá, São Paulo, Espírito Santo, Acre e Amazonas).

Os estados mais dependentes de recursos federais no financiamento da saúde são Maranhão (78%), Piauí (76%) e Paraíba (75%). Aqueles em que há maior participação dos governos estaduais são Acre (59%), Amapá (51%) e Amazonas (46%) e, entre os que apresentam maior participação dos governos municipais, destacam-se São Paulo (34%), Minas Gerais (31%) e Mato Grosso do Sul (31%).

Os indicadores da situação de saúde no País fortalecem ainda mais a heterogeneidade que está demonstrada nos indicadores de organização do sistema de saúde. A mortalidade infantil, que é um indicador básico para essa análise, mostra uma tendência consistente de redução em todas as regiões brasileiras, que reflete a melhoria nas condições de vida, o declínio da fecundidade e o efeito de intervenções públicas da União, dos estados e dos municípios nas áreas de saúde, saneamento e educação, entre outros aspectos.

TABELA 5

Taxas de Mortalidade Infantil Preliminares para o Brasil e Grandes Regiões – 1990-2000

Anos	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1990	48,0	45,1	72,9	30,2	28,7	31,3
1991	45,3	42,8	69,0	28,8	27,4	29,8
1992	42,8	40,8	65,3	27,6	26,3	28,5
1993	40,5	38,8	61,8	26,4	25,2	27,2
1994	38,4	37,0	58,6	25,3	24,2	26,1
1995	36,5	35,4	55,6	24,4	23,3	25,1
1996	34,8	33,9	52,8	23,5	22,5	24,1
1997	33,3	32,5	50,3	22,7	21,7	23,3
1998	31,9	31,3	48,1	21,9	21,0	22,5
1999	30,7	30,2	46,0	21,2	20,3	21,8
2000	29,6	29,2	44,2	20,6	19,7	21,2
2001	28,6					

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 1991 e Resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000

As taxas de mortalidade por grupos de causas definidas também mostram uma situação desafiadora ao Sistema Único de Saúde. Mais de 50% dos óbitos informados no País em 1999 foram devidos a três grupos de causas: doenças do aparelho circulatório (32,3%), causas externas (14,7%) e neoplasias (14,5%), com pequenas variações em relação aos valores de 1991. Esses valores e os dados absolutos que lhe dão origem expressam um aspecto importante da realidade sanitária do País, que vem tendo como causas de óbitos as doenças crônico-degenerativas, mais comuns em países com melhores condições de saúde. Os registros de notificação mostram a alta incidência de doenças

transmissíveis (dengue, cólera, tétano neonatal, AIDS e outras), algumas vezes em escala crescente. Embora com uma qualidade de registros cada vez melhor, indicada, entre outros, pela progressiva diminuição da proporção de óbitos por causas mal definidas (18,2% em 1991 e 15,1% em 1999), a qualificação e a ampliação do atendimento ofertado aos brasileiros e às brasileiras ainda são um desafio ao Sistema Único de Saúde.

Principais iniciativas para 2003

O Governo intensificará, em 2003, as ações destinadas a garantir o acesso da população aos serviços de saúde, buscando a melhoria da qualidade do atendimento, a humanização e a equidade. Nesse sentido, serão ampliadas as equipes do Programa de Saúde da Família; aumentado o valor *per capita* do Piso de Atenção Básica e implantado o Programa de Extensão da Saúde da Família – PROESF para cidades acima de 100 mil habitantes, o qual aloca recursos para investimentos na rede de saúde (reformas e equipamentos) e capacitação de pessoal.

A melhoria da qualidade da assistência hospitalar será também um objetivo a ser firmemente perseguido. Para tanto, serão implementadas as seguintes ações:

- Apoio aos hospitais filantrópicos vinculados ao SUS mediante critérios de qualidade da assistência e da gestão;
- Apoio aos hospitais de ensino com revisão dos critérios de incentivo ao ensino e à pesquisa;
- Investimento e capacitação para os serviços de Atendimento Pré-hospitalar de Urgência e Emergência dos estados e municípios, com ênfase nas regiões metropolitanas;
- Incentivo aos programas de Atenção Domiciliar, para redução do tempo e do número das internações hospitalares;
- Humanização do atendimento, com definição de padrões de responsabilização das equipes de saúde pelos usuários, direitos dos pacientes e acompanhantes e sua inclusão na gestão dos serviços (pretende-se abranger 25% dos hospitais públicos e conveniados);

- Implantação de uma rede de serviços de Saúde Mental alternativa à hospitalização, com auxílio financeiro às famílias e aos pacientes;
- Recuperação e ampliação da rede pública de saúde, em função de prioridades regionais definidas nas instâncias gestoras do SUS;
- Ampliação da cobertura do cartão do SUS com o objetivo de alcançar a sua universalização no horizonte do Plano Plurianual 2004-2007 e
- Revisão da política de atenção à saúde das populações indígenas, com ênfase na organização dos distritos de saúde e respeito à heterogeneidade cultural, étnica e societária.

A integração do Ministério da Saúde ao Programa Fome Zero terá como eixo principal as ações de garantia de alimentação adequada às famílias cobertas pelo programa de combate às carências nutricionais, buscando-se prioritariamente a ampliação da Bolsa Alimentação para 100% dos desnutridos cadastrados.

As ações de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS serão ampliadas, com prioridade para a prevenção da AIDS entre os jovens e gestantes e a integração das ações de controle da hepatite viral à estrutura de DST/AIDS. O combate às doenças endêmicas será reforçado, tendo como foco principal a redução da morbimortalidade por dengue e malária, entre outros agravos, buscando obter excelência em vigilância epidemiológica e ambiental.

Para ampliar o acesso da população aos medicamentos e a assegurar a autonomia do País na produção de insumos estratégicos, incluindo hemoderivados e vacinas, o Governo implementará uma Política de Assistência Farmacêutica, por meio das seguintes ações:

- Modernização e ampliação da capacidade instalada e de produção dos Laboratórios Farmacêuticos Estatais, visando ao suprimento do SUS e o cumprimento de seu papel como referência no controle de qualidade e custo;
- Definição e pactuação de políticas intersetoriais visando a internalização e desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades de produtos e serviços nos diferentes níveis de atenção, abrangendo a produção de fitoterápicos e implementação de opções terapêuticas adequadas ao princípio de integralidade do SUS e

- Formulação de uma política clara de regulação de preços de medicamentos, na perspectiva do interesse da nação e de forma intersetorial e coordenada no âmbito do Governo Federal.

A valorização dos trabalhadores do SUS, centrada no aprimoramento permanente da formação e capacitação profissional, é, sem dúvida, o fator crítico de sucesso para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, devendo ser estimulada por meio de medidas de caráter estruturante, com destaque para:

- Elaboração e desenvolvimento de um Programa Nacional de Educação Permanente em Saúde que absorva e potencialize as atuais propostas de formação em saúde no trabalho (Saúde da Família/Atenção Básica em Saúde Coletiva, Hospitais Universitários e de Ensino; Residência Médica e Aperfeiçoamento Especializado);
- Fortalecimento e ampliação da Rede de Escolas Técnicas do SUS, visando ao aumento da oferta de vagas de formação para o conjunto das categorias profissionais de nível médio;
- Construção de um Projeto Nacional de Reformas Curriculares nas carreiras da saúde por meio de processos de discussão com todos os setores envolvidos objetivando a adequação aos princípios e diretrizes do SUS e as necessidades de saúde da população;
- Capacitação permanente para 100% dos Conselheiros de Saúde do País e para gestores do SUS e
- Cooperação técnica com os estados e municípios nas questões que envolvem a gestão do trabalho e educação na saúde.

Um importante passo no processo de racionalização dos serviços de saúde deverá ocorrer com a ampliação da abrangência do registro nacional de preços, envolvendo medicamentos e outros insumos estratégicos para a saúde e a formulação e implementação de sistema de acompanhamento dos gastos públicos com internações hospitalares e atenção ambulatorial.

Com vistas a implementar a informatização do SUS, serão adotadas medidas para integrar os sistemas de informação, racionalizando seu uso e democratizando o acesso aos dados públicos. Paralelamente, será oferecido apoio aos estados e municípios para a modernização gerencial de suas estruturas.

10

TRABALHO E EMPREGO

Mercado de trabalho no Brasil

AO LONGO DA ÚLTIMA DÉCADA, A ECONOMIA BRASILEIRA PASSOU POR UMA PROFUNDA REESTRUTURAÇÃO, QUE TEVE CONSEQÜÊNCIAS IMPORTANTES NO MERCADO DE TRABALHO. A POLÍTICA DE ESTABILIZAÇÃO, INICIADA EM 1994, SUSTENTOU-SE, DESDE SEU INÍCIO, NA ABERTURA DA ECONOMIA E NA ESTRATÉGIA DELIBERADA DE APRECIAÇÃO CAMBIAL, A FIM DE AUMENTAR A PRESSÃO COMPETITIVA NOS PREÇOS DAS MERCADORIAS NEGOCIADAS INTERNACIONALMENTE. ESSA COMBINAÇÃO TEVE COMO RESULTADOS, ENTRE OUTROS, UMA FORTE ELEVAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E UM IMPACTO SIGNIFICATIVO NA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO.

Não obstante o aumento da produtividade, não se obteve, com a política econômica adotada, um nível de investimento que possibilitasse o crescimento sustentado da economia, trazendo também efeitos importantes para o mercado de trabalho. A evolução na ocupação foi bastante baixa para os padrões históricos. Nos últimos oito anos, a variação média da ocupação nas seis mais importantes regiões metropolitanas do País, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, foi de apenas 1,56%. Essa variação não foi suficiente para absorver os novos ingressos no mercado de trabalho. No mesmo período, a variação na população economicamente ativa, isto é, no conjunto de trabalhadores ocupados ou em busca de emprego, foi de 1,87%.

O resultado foi um aumento das taxas médias de desemprego, que saltaram de um patamar de 4% ou 5%, no início da década de 1990, para os atuais

7%. O tempo médio de procura de emprego saltou de uma média de dezessete para 23 semanas.

Essas modificações atingiram certos segmentos da população com mais força, especialmente os jovens com até 24 anos, os trabalhadores com menor escolaridade, as mulheres e os trabalhadores com mais de quarenta anos, que passaram a enfrentar maiores dificuldades para reingressar no mercado de trabalho.

Dois outros fenômenos devem ainda ser mencionados. No início da década, cerca de 40% dos trabalhadores das seis maiores regiões metropolitanas trabalhavam sem carteira ou por conta própria, sem a proteção dada pela legislação trabalhista e previdenciária. Em 2002, os chamados trabalhadores informais já eram 52% da população ocupada. Paralelamente, o rendimento real médio dos trabalhadores brasileiros variou negativamente nos últimos cinco anos, com uma queda de mais de 3% nos últimos dois anos.

Esse quadro de aumento do desemprego, aumento da informalidade e de queda do rendimento somente será revertido pela retomada sustentável do crescimento econômico, resultado tanto de uma mudança de ênfase na condução da política econômica como da realização das reformas necessárias para o desenvolvimento do País.

Principais iniciativas para 2003

O trabalho e o emprego devem ser objetivos permanentes a serem perseguidos. Emprego decente pressupõe relações de trabalho democráticas, organizações sindicais autênticas e livres, respeito aos direitos sociais, combate a todas as formas de discriminação, combate ao trabalho degradante e infantil, combate aos acidentes e doenças do trabalho e o estabelecimento de políticas públicas de emprego ativas: programas de geração de emprego e renda, economia solidária, qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra e ampliação do Seguro-Desemprego.

O Ministério do Trabalho e Emprego deve ser um indutor e idealizador de ações que culminem com a criação de emprego e renda, assumindo, em articulação com os demais ministérios, o seu papel de ativo formulador estratégico das políticas geradoras de emprego e renda, com a participação de todos os

atores sociais. Deve haver uma soma de esforços para o combate ao desemprego, mal deste início de século que tem como conseqüências diretas a fome, a violência e a miséria.

Interlocução com a sociedade civil e demais órgãos do Governo

A participação da sociedade é o que traz legitimidade às novas propostas. Ao Estado cabe ouvir empregados e empregadores, na busca de soluções negociadas, de forma que todos ganhem.

Também cabe ao Estado uma atuação mais determinada na proteção dos direitos dos trabalhadores, assumindo a defesa dos seus interesses em todos os conselhos e fóruns nos quais as discussões e as decisões tragam impacto sobre o trabalho e a renda.

Algumas iniciativas que o Ministério do Trabalho e Emprego implementará:

- Instalação do Fórum Nacional do Trabalho, com participação das entidades representativas de empregadores e trabalhadores, para discussão da modernização das relações de trabalho e sindical. Tratará inicialmente dos seguintes temas:
 - Ratificação da Convenção 87 da OIT;
 - Imposto Sindical e sustentação financeira das entidades sindicais;
 - Legislação das garantias sindicais;
 - Sistema de relações de trabalho;
 - Direitos mínimos e direitos negociados e
 - Poder normativo da Justiça do Trabalho;
- Revitalização do controle social com a participação dos atores sociais envolvidos (governo, trabalhadores e empregadores) na definição das políticas públicas de emprego no Codefat, por meio dos conselhos estaduais e municipais de emprego;
- Busca de alternativas de políticas de geração de emprego e renda que considerem as vocações locais. O Ministério deve ser o indutor das políticas de emprego, em contínuo diálogo com comissões municipais e estaduais de emprego. Para tanto, será elaborado projeto de lei tornando obrigatória a instituição desses conselhos como condição para o repasse de recursos do FAT;
- Diálogo e interlocução permanente com as secretarias estaduais e municipais de trabalho visando a uma melhor sinergia na implementação de políticas

públicas de emprego e demais atividades do Ministério (fiscalização, saúde e segurança no trabalho, relações de trabalho). Estabelecimento de um canal permanente com o Fórum Nacional de Secretários do Trabalho – Fonset para divulgar e integrar todas as experiências positivas nesse campo;

- Participação nas decisões econômicas como guardião das políticas de geração de emprego e renda e dos recursos do FAT e do FGTS, atuando ativamente em todos os fóruns do Governo e buscando incluir metas de geração de emprego e renda;
- Participação ativa nas discussões sobre as reformas tributária e previdenciária, visando ampliar o trabalho e o emprego e diminuir o trabalho informal e
- Estímulo à prática do balanço social e da responsabilidade social.

Políticas públicas e programas renovados

A presença mais ativa do Ministério do Trabalho e Emprego na formulação e na implementação de políticas de geração e proteção do trabalho demandará a criação de novos programas e a reestruturação de alguns já existentes, bem como outras iniciativas:

- Programa de Estímulo à Economia Solidária: fortalecerá os negócios familiares, cooperativos e associativistas, tendo como premissas básicas:
 - O conceito de desenvolvimento local sustentável e solidário;
 - O incentivo à política de microfinanças e ao cooperativismo de crédito, redirecionando programas de crédito do Codefat, como o Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger – Urbano e Rural – e o Pronaf;
 - O suporte à inovação tecnológica, capacitação, assistência técnica e incubagem;
 - A diferenciação de políticas tributária e previdenciária;
 - Estímulo ao acesso de pequenos empreendimentos a mercados nacionais e internacionais;
 - Articulação de uma ação integrada de ministérios, órgãos públicos e organizações da sociedade para alavancar a economia solidária, com a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária;

- Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens: a criação de oportunidades de emprego para os jovens será uma das tarefas fundamentais do Ministério do Trabalho e Emprego, com ampla participação da sociedade civil no Fórum Nacional de Emprego e Renda. A implantação, o acompanhamento e a fiscalização deste programa serão tarefas a serem cumpridas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A contratação do primeiro emprego para jovens deverá ser incentivada.
- Reforço às ações de fiscalização:
 - Imediata realização de concurso para o preenchimento de vagas para auditores-fiscais do trabalho e de saúde e segurança;
 - Obrigatoriedade do registro eletrônico dos empregados (Caged eletrônico) e as informações do FGTS;
 - Ampliação do valor das multas, que estão defasadas, por meio da elaboração de uma nova legislação e
 - Desenvolvimento e ampliação da fiscalização eletrônica, possibilitando o cruzamento de dados (registro em carteira; Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT; recolhimento de FGTS; registro em Dívida Ativa) para identificar infrações e coibir a prática da corrupção;
- Integração de programas: o seguro-desemprego, a intermediação de mão-de-obra e qualificação profissional passarão a atuar de forma integrada a partir de 2003. Para tanto, as seguintes ações serão implementadas:
 - Articular uma rede nacional de agências públicas, tendo como base o Sistema Nacional de Emprego – SINE, para atender ao trabalhador, assegurando a obtenção do seguro-desemprego, o acesso às vagas do mercado de trabalho (intermediação), à qualificação e à carteira de trabalho e
 - Reformular a política de qualificação e requalificação do trabalhador, instituindo um programa nacional de qualificação profissional integrado com as políticas de educação básica, educação profissional e o Sistema “S”, tendo os SINE como porta de entrada;
- Fundacentro: a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina no Trabalho – Fundacentro deve retomar seu papel de órgão de pesquisa para subsidiar as ações de governo no campo da normalização, da inspeção e da capacitação em segurança e saúde no trabalho;

- Seguro-Desemprego: o Programa de Governo prevê a ampliação da abrangência do seguro-desemprego. O Ministério do Trabalho e Emprego deverá capitanear a elaboração e a negociação de nova legislação, que considerará a necessidade de articulação da concessão do benefício do seguro-desemprego com o conjunto das políticas de geração de emprego, renda e assistência fiscal;
- Programa Abono Salarial: funciona efetivamente como um 14º salário ao trabalhador de mais baixos salários e terá continuidade;
- Plano Nacional de Qualificação Profissional – Planfor: será alterado em seus princípios e conceitos básicos para ganhar em eficiência e, especialmente, em eficácia social. Deverá ser integrado com os programas de intermediação de mão-de-obra e seguro-desemprego e atuar mais próximo dos municípios;
- Intermediação de mão-de-obra: para superar as deficiências que impedem que a intermediação de mão-de-obra sirva a trabalhadores e a empregadores de maneira adequada, há necessidade de reformular o programa e melhorar sua integração com o programa de qualificação. Serão investidos mais recursos na informatização e no gerenciamento do sistema;
- Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger: tanto o Proger Urbano, que financia micro e pequenos empreendedores privados, como o Proger Rural, que se destina ao financiamento de pequenos e miniprodutores rurais, deverão receber mais recursos que anteriormente, a fim de incrementar a política pública de combate ao desemprego nas grandes regiões metropolitanas e na zona rural;
- Programa de Promoção do Emprego e Qualidade de Vida do Trabalhador – Protrabalho: é necessário avaliar os impactos do programa, operado pelo Banco do Nordeste com recursos do FAT. Além de buscar melhor integração com outros fundos, como Finor, Finam, FGTS, será analisada a possibilidade de se estabelecer *spread* diferenciado para investimentos intensivos em geração de postos de trabalho, os destinados a fortalecer as exportações e a substituir importações, para as médias e pequenas empresas, as empresas nacionais e os setores intensivos em tecnologia;
- Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – Proemprego: tanto quanto o Protrabalho, não há uma mensuração do volume de novos empregos diretos e indiretos gerados. O importan-

te é que haja o acompanhamento e a aferição, por todos os atores sociais, dos resultados desses investimentos, que devem ser discutidos nos conselhos de desenvolvimento regional, com a participação das comissões estaduais e municipais de emprego;

- Uma nova administração de recursos dos programas de geração de emprego e renda: reformulação e integração destes programas e dos investimentos do FAT/FGTS/Fundos Constitucionais com vistas à coordenação e à dinamização das ações. Será realizado um Orçamento de Investimento dos recursos extra-orçamentários do FAT, instrumento que, combinado ao orçamento do FGTS, possibilitará ao Ministério do Trabalho e Emprego promover a consideração do tema geração de emprego nas discussões governamentais sobre o financiamento do desenvolvimento, contribuindo para melhor integrá-los. Todos os programas financiados pelo FAT, agenciados por outros órgãos do Governo e bancos oficiais, deverão ser permanentemente acompanhados e fiscalizados pelo Codefat e por comissões estaduais e municipais de emprego;
- Programa de Redução dos Acidentes de Trabalho: as diretrizes de atuação deste programa foram traçadas valorizando a negociação tripartite. Além de continuar com esse programa de redução dos acidentes fatais, o Ministério buscará combater as doenças do trabalho, notadamente aquelas decorrentes do setor de serviços, principalmente as dos esforços repetitivos (DORT-LER). Isso deverá ser feito de forma integrada com os Ministérios da Saúde e da Previdência Social, com o subsídio técnico da Fundacentro. O Ministério deverá fortalecer a negociação no local de trabalho por intermédio das CIPA, um instrumento eficaz para a redução de todo tipo de acidente. O Ministério, juntamente com a Fundacentro e outros órgãos da Administração Federal, iniciará um programa voltado para o incentivo à adoção de medidas e ações permanentes de proteção à saúde e segurança do trabalhador do setor público. Por fim, o projeto de um Código Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho será retomado e analisado;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI: a redução do trabalho infantil tem grande relevância social, pela eliminação do fator primordial no ciclo que condena a criança que ingressa precocemente no trabalho a uma situação de miséria na fase adulta. Essa iniciativa será associada a um progra-

ma nacional de Bolsa Escola e outras ações como o combate à fome, além da intensificação da fiscalização;

- Programa Trabalho Legal: o programa visa combater o trabalho informal. Para garantir uma maior formalização do trabalho, é necessária uma ação fiscal mais efetiva, com a realização de novos concursos de auditores-fiscais. Além disso, o Ministério focalizará a fiscalização sobre a terceirização em todos os níveis, com vistas a diminuir a informalidade e melhorar a proteção social;
- Programa de Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante: o Ministério vai apoiar proposições legislativas que venham a coibir a exploração de mão-de-obra escrava e intensificar as ações do grupo de fiscalização móvel;
- Programa Brasil, Gênero e Raça: na atual gestão, será definida uma coordenação que cuidará do combate a toda e qualquer forma de discriminação. Serão institucionalizados os núcleos de promoção da igualdade nas Delegacias Regionais do Trabalho;
- FGTS: o Ministério deverá combater com mais ênfase a sonegação, com o reforço de novos auditores-fiscais e a obrigatoriedade legal, a ser estabelecida, da prestação de informações informatizadas sobre o pagamento do FGTS. A programação de investimentos do FGTS será integrada às demais políticas públicas;
- Codefat, Conselhos Estaduais e Municipais de Emprego: o Programa do Governo Federal dá ênfase ao combate ao desemprego com a integração dos fundos hoje existentes. Nesse sentido, faz-se necessária maior integração entre os conselhos e os órgãos governamentais. É importante que o Codefat tenha representação nos Conselhos Nacionais de Políticas Regionais para a efetivação e a intensificação de programas de geração de emprego e renda, sem superposições;
- Desenvolvimento de estudos, análises e ações de inserção na política internacional, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, visando principalmente ao aprofundamento das relações com a OIT e o Mercosul;
- Combate rigoroso e sem tréguas a todas as formas de corrupção, como um princípio de ética, de geração de emprego decente e para o incentivo de investimentos externos no País e
- Integração ao Programa Fome Zero, incentivando a ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

11

AS CIDADES

Os números críticos do Brasil urbano

DOS POBRES BRASILEIROS, 33% CONCENTRAM-SE NAS “RICAS” METRÓPOLES DO SUDESTE. EM NOVE METRÓPOLES VIVEM 55 MILHÕES DE PESSOAS. A METRÓPOLE DE SÃO PAULO EQUIVALE, EM HABITANTES, A UM CHILE E MEIO. QUASE METADE DOS DOMICÍLIOS DE SÃO PAULO, DO RIO DE JANEIRO E DO RECIFE E UM TERÇO DOS DOMICÍLIOS DE SALVADOR ESTÃO EM FAVELAS OU LOTEAMENTOS IRREGULARES. AS ESTRUTURAS DE GESTÃO METROPOLITANA, QUANDO EXISTEM, SÃO FRÁGEIS E PRECÁRIAS. AS POLÍTICAS DE CADA MUNICÍPIO DAS REGIÕES METROPOLITANAS, CONDUZIDAS INDEPENDENTEMENTE, RESULTAM FREQUENTEMENTE EM DESPERDÍCIOS PARA O CONJUNTO, POR FALTA DE COORDENAÇÃO. O MESMO VALE PARA OS AGLOMERADOS URBANOS.

Faltam alternativas habitacionais para a maior parte da população: o mercado privado legal mal cobre 30% da demanda, e o déficit habitacional, que se concentra nas faixas de renda situadas abaixo de cinco salários mínimos é de aproximadamente 6,5 milhões de moradias. Esse fato leva a maior parte da população a resolver a seu modo o assentamento residencial, com seus poucos recursos, sem conhecimento técnico e sem observar a legislação do uso ou ocupação do solo urbano.

As consequências estão saltando aos olhos: a ocupação de beiras de córregos, encostas, vales inundáveis, e especialmente áreas de proteção ambiental, como mangues, florestas e mananciais. A banalização das mortes por soterramentos a cada período de chuvas é indicador dessa situação.

O comprometimento dos cursos d'água com esgotos e a agressão ambiental também evidenciam que o processo de urbanização excludente está cobrando um preço muito alto em vidas humanas e também na qualidade ambiental de nossas cidades.

A população das favelas cresce mais do que a população urbana. Faltam-nos, no entanto, dados rigorosos para quantificar a população moradora de favelas bem como dados para mapear e cadastrar os imóveis urbanos e os limites de propriedades públicas ou privadas. O Brasil urbano desconhece, especialmente no que diz respeito aos excluídos, aos exilados, à cidade ilegal, à cidade oculta, a presença do Estado e a regulação pública e social e sobram as regras ditadas pela força crescente do crime organizado.

Dos domicílios urbanos, 3,4 milhões (8,5%) não têm acesso ao sistema de abastecimento de água potável e 47,2% não estão ligados às redes coletoras de esgotamento sanitário. Estima-se que onze bilhões de litros de esgoto bruto são lançados diretamente nos cursos d'água, praias e lagos do País.

Este Governo não pretende resolver os problemas urbanos em curto prazo, até porque a política urbana é de competência eminentemente municipal. Mas pretende liderar um processo que conte com a participação dos três níveis de governo e da sociedade para reverter uma tendência, que é fruto de muitos séculos de desigualdades e desmandos.

A criação do Ministério das Cidades constitui um novo paradigma no quadro das políticas públicas em razão do reconhecimento de que o Brasil é predominantemente urbano, já que 82% de sua população vive em cidades. O emprego, a cultura, o modo de vida predominante são cada vez mais urbanos. Até mesmo características que eram eminentemente rurais até décadas atrás, como a pobreza e a violência, ganham expressão nova e gigantesca no universo urbano.

O Ministério das Cidades inova quando toma como objeto a cidade em seu conjunto, superando as políticas setoriais e pulverizadas. Habitação, saneamento ambiental e transporte urbano são as áreas estruturadoras do desenvolvimento urbano, do desenvolvimento regional, da sustentabilidade ambiental e, de modo geral, do direito à cidade para todos.

Principais iniciativas para 2003

No ano de 2003, o Ministério das Cidades deverá perseguir a montagem de seu arcabouço, definindo novos programas ou fortalecendo os programas existentes de modo que seja priorizada a ação central definida pelo Presidente da República: o Programa Fome Zero. A água e a unidade sanitária são tão fundamentais para a vida e a saúde quanto o alimento. O Ministério das Cidades propõe apoiar as ações do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome na construção de cisternas, unidades sanitárias e melhorias habitacionais e barragens no semi-árido nordestino com recursos do FGTS.

O Programa PASS BID, a ser assinado em fevereiro de 2003, prevê ações com o objetivo de universalizar a água e o saneamento básico em cidades com IDH abaixo da média e população entre 15 mil e 75 mil habitantes. A primeira fase do programa está pronta e abrangerá sessenta municípios.

O Programa Habitar Brasil/BID – HBB tem como meta a extensão das obras de urbanização de favelas, hoje restritas a 28 municípios, para cerca de 105 municípios. Os recursos internacionais estão assegurados. A União deve assegurar os 40% da contrapartida previstos no programa. Além dos valores alocados no Orçamento Geral da União para 2003, deverão ser disponibilizados para o programa recursos adicionais decorrentes do cancelamento do Programa de Infra-Estrutura Urbana.

Será dada prioridade, também, nas áreas de habitação e saneamento, à redução do impacto ambiental nos bolsões de pobreza urbana e rural. Para tanto, o Ministério deverá trabalhar em parceria com a Caixa Econômica Federal para acertar novas metas para os programas operacionalizados com recursos do FGTS. Merecem destaque o Programa de Habitação de Interesse Social – PSH e o Programa de Arrendamento Residencial – PAR.

Projetos especiais ligados à gestão metropolitana, prevenção às áreas de risco, informações para o planejamento urbano e para a política fiscal deverão constituir um novo arsenal de ajuda aos municípios para que se preparem melhor para o controle sobre o uso e a ocupação do solo urbano. Além disso, deverão procurar alternativas para, em parceria com o Ministério da Justiça,

implementar a concessão de título de propriedade de terra, considerada, mais do que ato de cidadania, um gesto de emancipação política da população urbana carente. A capacitação das prefeituras para a execução das políticas urbanas, com os novos instrumentos legais de regulação urbanística e regularização fundiária também está entre as ações que o Ministério pretende implementar.

Na área do transporte urbano, a prioridade será dada ao transporte público integrado, buscando, com sua melhoria, desestimular o uso do automóvel. Com o previsível aumento da demanda pelos transportes públicos (ela vem caindo nos últimos anos), será possível a redução da tarifa e a melhoria da qualidade do ar. O atingimento dessa meta será possível especialmente com a capacitação das prefeituras e dos governos estaduais visando à melhoria da qualidade e à eficácia do gerenciamento dos transportes e do trânsito.

12

CULTURA

O MINISTÉRIO DA CULTURA É O RESPONSÁVEL PELA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL E POR ASSEGURAR AO CIDADÃO O PLENO EXERCÍCIO DOS DIREITOS CULTURAIS E O ACESSO ÀS FONTES DA CULTURA NACIONAL.

A política cultural desenvolve-se em diversos setores, compreendendo a retomada do cinema nacional, a partir da criação da Agência Nacional do Cinema – Ancine; os novos mecanismos de incentivo e financiamento à cultura mediante o apoio de empresas públicas e privadas (incentivos fiscais); as atividades de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional; os esforços concentrados na área da leitura, do livro e das bibliotecas; a ampliação dos programas de música e de artes cênicas; o desenvolvimento de linhas de intercâmbio no plano nacional e internacional e a crescente capacidade de difusão cultural.

O Ministério da Cultura irá conduzir suas ações, a partir de 2003, tendo como pressuposto que a política cultural deve obedecer a uma lógica de políticas públicas e estar comprometida com a universalização dos bens e dos serviços culturais produzidos. Será necessário estabelecer critérios de melhor distribuição regional dos recursos orçamentários e de incentivos fiscais voltados para a produção e a difusão cultural, conferindo transparência e participação democrática à gestão, descentralizando recursos de modo que sejam contempladas todas as regiões do País, democratizando e facilitando o acesso de produtores, artistas e grupos culturais aos recursos públicos de incentivo à cultura.

Patrimônio histórico, artístico e arqueológico

O Ministério da Cultura atua com o objetivo de reverter o quadro de degradação dos bens integrantes do patrimônio de caráter histórico-cultural, notadamente centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados, acervos, mediante a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentado, a conservação, a revitalização e a restauração, estimulando novas dinâmicas sociais e parcerias, geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

As ações prioritárias do Ministério para esse segmento cultural voltam-se, sobretudo, para:

- Preservação e promoção do patrimônio cultural, envolvendo o patrimônio edificado e contemplando seus aspectos materiais e imateriais, sua dimensão simbólica, inclusive as formas culturais diferenciadas de apropriação do meio ambiente;
- Realização de inventários de bens imóveis e bens móveis e integrados; identificação de novos bens culturais de diferentes naturezas; obras de restauração e revitalização de monumentos e núcleos históricos; restauração e divulgação de acervos documentais e arquivísticos; reconhecimento e estímulo às atividades de preservação empreendidas pela sociedade civil; implantação da sinalização de sítios históricos e arqueológicos para permitir sua apropriação social e como incremento das atividades de turismo sustentável;
- Educação patrimonial, por meio da criação de mecanismos voltados para a participação da comunidade;
- Inclusão da educação patrimonial nos currículos escolares;
- Implementação de ações para o salvamento emergencial de acervos do patrimônio material e imaterial do País;
- Implementação efetiva de uma política voltada ao patrimônio imaterial, por meio de iniciativas dirigidas ao estímulo às comunidades para o aprimoramento do artesanato e da cultura popular;
- Garantia de produção, distribuição e publicação de edições, livros e material audiovisual que se relacionem com a memória;

- Criação de linhas de ação para o apoio à produção e à comercialização do artesanato regional brasileiro e
- Criação do Instituto Brasileiro de Cultura Popular – IBCP para gerir e coordenar as atividades em prol da promoção e da valorização do nosso patrimônio cultural imaterial.

Museus

Um dos aspectos mais significativos da ação do Ministério da Cultura na promoção e na valorização da memória e do patrimônio cultural nacional manifesta-se nos diversos museus nacionais.

Diversas ações deverão ser desenvolvidas no sentido de tornar esses espaços instituições permanentes a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, abertas ao público e voltadas para a conservação, os estudos e a divulgação dos acervos.

Destacam-se as seguintes ações a serem priorizadas em 2003:

- Reestruturação dos museus brasileiros sob a responsabilidade da União, capacitação de seus técnicos e ampliação de seus quadros permanentes de pessoal;
- Conservação e promoção de acervos museológicos, por meio de exposições e atividades de educação patrimonial;
- Difusão dos museus brasileiros, visando à democratização do acesso aos bens culturais neles existentes, consolidando assim o resgate da memória e das identidades locais;
- Criação do Sistema Nacional de Museus e dos respectivos sistemas estaduais, bem como a criação do Cadastro Nacional de Museus;
- Criação de redes virtuais de informação entre os museus brasileiros a fim de facilitar a pesquisa e a qualificação dos profissionais de museus e democratizar o acesso ao conhecimento e
- Criação de um instituto em nível nacional para auxiliar na gerência e na coordenação das atividades desenvolvidas pelas unidades museológicas.

Programa Monumenta

O Programa Monumenta – Preservação do Patrimônio Histórico, resultado de parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com a participação da Unesco, destinado a revitalizar os principais conjuntos patrimoniais urbanos do País, está mobilizando, em sua primeira etapa, 2000/2003, mais de US\$ 200 milhões, sendo US\$ 62,5 milhões de empréstimo do BID, US\$ 62,5 milhões dos Orçamentos Anuais da União e de contrapartida dos estados e municípios e o restante de instituições financeiras e empresas participantes.

Tendo como parâmetro uma lista de prioridades de intervenção das áreas urbanas tombadas pelo Iphan, por ordem de representatividade histórica e urgência na sua recuperação, 26 cidades foram selecionadas para participar do programa, devendo ser beneficiadas até o final de 2003, a saber: Penedo (AL); Manaus (AM); Salvador, Cachoeira, Lençóis e Porto Seguro (BA); Icó (CE); Brasília (DF); Cidade de Goiás (GO); Corumbá (MS); Alcântara (MA); Ouro Preto, Congonhas, Diamantina e Mariana (MG); Olinda e Recife (PE); Oeiras (PI); Rio de Janeiro e Parati (RJ); Pelotas e Porto Alegre (RS); São Francisco do Sul (SC); São Paulo (SP); Laranjeiras (SE); Natividade (TO).

O programa abrange um conjunto de ações e iniciativas que transcendem a obra de restauro, estando previstas também para 2003 ações tais como: capacitação de pessoal nos municípios, formação e qualificação de artífices, realização e atualização de inventários, produção de manuais de restauro, programas educativos, modernização e informatização dos órgãos de patrimônio e promoção de atividades econômicas e culturais.

Audiovisual

Com a criação da Agência Nacional do Cinema – Ancine, a linha de atuação passou a se concentrar no fomento às atividades culturais ligadas à produção de curtas, documentários culturais e cinema autoral, formação profissional, difusão e divulgação do cinema nacional no País e no exterior, preservação de acervos cinematográficos e estímulo à produção de programas de qualidade para exibição nos meios de comunicação de massa.

Visando estimular a criação artística, com relação à produção cinematográfica e televisiva, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Produção audiovisual (cinema/tv) de curta e média metragens, documentários, filmes de animação, telefilmes e filmes de baixo orçamento de produtores estreantes; apoio ao desenvolvimento de teses de escolas de cinema e elaboração de roteiros, facultando o surgimento de novos talentos, a melhoria da qualidade dos filmes, o enriquecimento da linguagem e a diversificação de estilos, refletindo variedade de temas, abordagens, angulações e simbolismos da própria cultura nacional;
- Implementação de programa especial destinado à capacitação básica e à realização audiovisual em cidades e/ou municípios com até vinte mil habitantes, em parceria com os Ministérios da Educação, da Integração e da Defesa e
- Modernização do Centro Técnico Audiovisual – CTAV, como elemento indispensável para a implementação de ações voltadas para a produção e a capacitação profissional na área do audiovisual.

Com o objetivo de promover e aumentar a visibilidade do produto audiovisual brasileiro dentro e fora do País, serão aportados recursos voltados para:

- Apoio a festivais e mostras cinematográficas nacionais e internacionais;
- Continuidade de veiculação televisiva de filmes nacionais, por meio do Canal Cultura e Arte;
- Redesenho da programação do Canal Cultura e Arte, ampliando o espaço para manifestações artísticas populares;
- Implantação de canal de divulgação da cultura brasileira no exterior e
- Implantação de programa especial destinado à exibição ambulante de filmes brasileiros nos mais longínquos e pobres rincões do País.

Essas ações serão desenvolvidas em parceria com os Ministérios das Relações Exteriores, das Comunicações, da Educação, da Integração Nacional, da Defesa e da Assistência e Promoção Social; com as TVs Educativas, com a Agência Nacional do Cinema, com os estados, municípios e instituições privadas.

Visando à recuperação e à preservação do patrimônio audiovisual nacional, em particular os acervos cinematográficos nacionais, serão realizadas ações direcionadas para:

- Restauro e conservação de filmes e programas de TV e exibição de obras restauradas;
- Projetos de estímulo à reflexão crítica e à pesquisa, bem como publicação e divulgação dos trabalhos dos pesquisadores;
- Realização de um censo cinematográfico nacional e
- Criação de uma legislação específica para a área, regulamentando a implantação e o funcionamento articulado de órgãos responsáveis pela guarda de materiais audiovisuais.

Tais ações serão desenvolvidas em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Arquivo Nacional, a Cinemateca Brasileira, a Federação Internacional de Arquivos de Filmes – FIAF e outras instituições.

Formação profissional

Com o objetivo de elevar a qualidade da formação profissional e estendê-la pelo território nacional, serão apoiados projetos voltados para a capacitação e a reciclagem profissional, a pesquisa e a produção. Essas ações serão desenvolvidas pelo Centro Técnico Audiovisual – CTAV da Fundação Nacional de Artes – Funarte, que terá o papel de núcleo de capacitação e reciclagem na área audiovisual.

Serão mantidas parcerias com os Ministérios da Educação e do Trabalho, no sentido de se verificar as condições de ensino e dos conteúdos das escolas, cursos já existentes e projetos em fase de implantação, cujos resultados subsidiarão o desenho de novas ações.

Música e artes cênicas

Terão continuidade os seguintes projetos, já implementados:

- Fomento às atividades de teatro e dança nas diversas regiões do País, por meio de apoio financeiro a grupos de teatro e dança, para montagem e circulação de espetáculos – Projeto Encena Brasil;

- Concessão de prêmios para estímulo à criação artística do autor brasileiro no campo da dramaturgia, nas categorias teatro adulto e teatro infantil, possibilitando o surgimento de novos talentos – Concurso Nacional de Textos Teatrais Inéditos;
- Edição dos textos premiados no Concurso Nacional de Textos Teatrais Inéditos e realização de leituras dramáticas;
- Concessão do Prêmio Estímulo ao Circo, que tem por objetivo viabilizar apresentações gratuitas ou a preços populares para crianças em lonas itinerantes, por meio da concessão de prêmio estímulo, em espécie, aos circos de pequeno, médio e grande porte;
- Modernização de espaços destinados à música e às artes cênicas;
- Criação e manutenção de bandas de música nos municípios brasileiros, distribuição de partituras e apoio à realização de cursos para maestros e instrumentistas, objetivando valorizar e difundir a música instrumental no Brasil, incentivando a participação de jovens em conjuntos musicais e promovendo a utilização da música como instrumento de socialização e cidadania;
- Apoio a orquestras, envolvendo a realização de concertos públicos, gravação de CDs, aquisição de instrumentos e partituras musicais e atividades na comunidade;
- Apoio aos festivais de música e de artes cênicas;
- Implementação de medidas voltadas para a reforma da Aldeia de Arcozelo e a Casa de Paschoal Carlos Magno, no Rio de Janeiro, espaços estes a serem utilizados para o desenvolvimento de atividades voltadas para a produção e a difusão das artes cênicas;
- Equipamentos e garantia de infra-estrutura adequada aos espaços culturais da União, de modo que se permita o escoamento da produção cultural de forma acessível a todas as platéias, democratizando o acesso público aos espetáculos artísticos e
- Modernização da Escola Nacional de Circo.

Ainda no campo da música e das artes cênicas, serão implementados os seguintes projetos:

- Projeto Música Brasileira, tendo por objetivo valorizar e difundir a produção musical do País, estimulando a criação e promovendo a divulgação de obras musicais representativas da cultura brasileira. Compreende três linhas de atuação:
 - Prêmio Música Brasileira: concessão de prêmio, mediante concurso, a compositores brasileiros e intérpretes nacionais, destinado à cobertura de despesas com a produção de CD;
 - Circuito Brasileirinho: concessão de prêmio destinado a promover a circulação de espetáculos musicais e instituir um selo de qualidade em produtos considerados de relevância e
 - Selo Brasil Musical: instituição de um selo de qualidade a fim de identificar os produtos gerados pelo Projeto Música Brasileira.
- Cantos do Brasil, visando ao apoio a projetos voltados para a realização de encontros, mostras e festivais de canto coral, competitivos ou não, já consolidados no calendário nacional, no intuito de delimitar um corredor de festivais de canto coral;
- Primeiros Acordes, buscando contribuir para a formação artística da população brasileira, tanto no sentido da profissionalização quanto na formação de platéia, por meio do apoio a projetos que visem à realização de oficina de criatividade musical, palestras, debates, audições, concertos e recitais didáticos nas escolas ou em local de acesso a estudantes;
- Fóruns temáticos, objetivando promover debates acerca dos temas pertinentes às áreas de música e de artes cênicas, com intuito de subsidiar a condução das políticas públicas que visem valorizar e difundir a produção do País nessas áreas, estimular a criação e buscar solução para seus problemas mais graves;
- Concursos de monografias, buscando estimular o estudo e a pesquisa acerca de temas afetos às áreas da música e artes cênicas, oferecendo premiação aos melhores trabalhos e
- Pesquisa sobre o ciclo produtivo nas áreas de música e de artes cênicas, visando realizar pesquisa acerca das variáveis que compõem e atuam na economia do ciclo produtivo, acessibilidade de público, geração de emprego e renda e perfil profissional dos que atuam nessas áreas.

Livro e leitura

Implantar e modernizar bibliotecas públicas em municípios brasileiros, mediante a aquisição de acervos bibliográficos, mobiliários, equipamentos e capacitação de recursos humanos, possibilitando o acesso da população ao conhecimento e ao enriquecimento intelectual com a finalidade de universalizar a informação e incentivar o hábito da leitura nas comunidades locais tem sido a principal meta da ação Uma Biblioteca em cada Município.

É intenção do Ministério da Cultura dar continuidade ao processo de eliminação do déficit de municípios brasileiros sem bibliotecas públicas, atuando preferencialmente nas áreas habitadas por população de baixa renda dentre aquelas que ainda não possuem bibliotecas ou que as tenham em situação precária, permitindo a um maior número de pessoas o acesso a livros, revistas, jornais e computadores, como uma condição básica ao exercício da cidadania. Nessa área, buscar-se-á integração com as ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação.

Difusão e promoção do livro

As principais ações voltadas para a difusão e a promoção do livro e da produção literária previstas para 2003 são:

- Desenvolver programas de incentivo à indústria editorial do livro no Brasil, promovendo o autor brasileiro no País e no exterior na forma de publicações;
- Oferecer cursos, palestras e seminários sobre livros e o mercado de livros;
- Promover o autor e o livro brasileiros no País e no exterior, participando de feiras nacionais e internacionais, organizando seminários e encontros literários e concedendo bolsas para editores estrangeiros que traduzem os autores brasileiros para outros idiomas;
- Conceder prêmios e bolsas de incentivo à produção literária para autores brasileiros;
- Conceder prêmios literários como o Prêmio Luiz de Camões, o Prêmio Monteiro Lobato para livro infantil brasileiro publicado em outro idioma e

- Co-editar obras de autores notáveis com significativa importância no meio literário brasileiro. Essas obras serão doadas às bibliotecas públicas cadastradas no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Incentivo ao hábito da leitura

O Proler, Programa Nacional de Incentivo à Leitura, criado em 1992 e vinculado à Fundação Biblioteca Nacional, terá continuidade com o objetivo de estruturar uma rede nacional de leitura. Parcerias com o Ministério da Educação, escolas, bibliotecas, secretarias de Cultura e de Educação permitirão o fortalecimento de ações de promoção da leitura entre alunos e professores mediante a realização de cursos a distância, via Internet; cursos voltados à formação continuada do professor; divulgação de informações em periódicos e em diversas publicações; oficinas, debates, seminários, palestras e exposições; apresentações de leitura para crianças, jovens e adultos; orientações para a criação de bibliotecas nas escolas, nas comunidades e bibliotecas públicas; promoção de diversos encontros de leitura em bibliotecas e com grupos de alunos da rede pública.

Implantação de espaços culturais

A implantação e a modernização de espaços culturais que possam abrigar a produção e a difusão da criação cultural local e, ao mesmo tempo, receber de maneira adequada as diversas linguagens da produção cultural que chega de outras regiões vem ao encontro da política cultural de tornar acessível à população os bens e os serviços culturais produzidos. Num País em que, segundo dados do IBGE, 75% das cidades brasileiras não possuem teatros ou casas de espetáculos, relevante papel terão esses espaços culturais em cada comunidade para o desenvolvimento das manifestações artísticas voltadas para as artes cênicas, a música, as artes visuais, dentre outras.

Esse esforço de criação e adaptação de espaços culturais deve ser conjugado com as políticas de formação de platéias e de novos talentos, com o objetivo de aprimorá-los nas suas linguagens de escolha. Essa ação deve ser realizada em conjunto com as outras ações, num processo de integração entre programas:

- Fomento a projetos voltados para a difusão das artes plásticas bem como à circulação de exposições e eventos de porte nas grandes e médias cidades brasileiras;
- Reativação do Projeto Macunaíma, que visa profissionalizar artistas iniciantes, mostrar um panorama sempre atual da arte brasileira, incentivar o intercâmbio artístico e cultural entre as diversas regiões brasileiras;
- Continuidade do Programa de Concessão de Bolsa de Arte e Cultura, visando propiciar o aperfeiçoamento de artistas de reconhecida maturidade profissional mediante a concessão de bolsa de estudo e de trabalho no Brasil e no exterior;
- Continuidade das ações voltadas para o intercâmbio de eventos culturais visando possibilitar a participação de artistas, grupos artísticos, técnicos e produtores em eventos culturais, no Brasil e no exterior, por meio da concessão de passagens e
- Realização em espaços da Fundação Nacional de Artes – Funarte de uma ampla mostra da produção estética realizada por artistas portadores de deficiência física.

Cultura afro-brasileira

O Ministério da Cultura vem buscando promover a inclusão e a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento do País, por meio da implementação de ações de identificação, reconhecimento e titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos e da criação de condições de sustentabilidade dessas comunidades; realização de eventos afro-brasileiros; qualificação de recursos humanos e preservação da memória cultural afro-brasileira.

Terão continuidade as ações de alfabetização e capacitação em áreas de concentração de população negra, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, utilizando-se espaços físicos de várias escolas de samba e várias comunidades remanescentes de quilombos nas Regiões Norte e Nordeste.

Bibliotecas especializadas em cultura e literatura afro-brasileira e africana de língua portuguesa, incluindo obras traduzidas de autores de diversas partes do mundo, deverão ser construídas e/ou adequadas em comunidades remanescentes de quilombos e em cidades e regiões de alta concentração de população negra.

13

ESPORTE

O SETOR ESPORTIVO TEM UMA TRAJETÓRIA NOVA QUANTO AO RECONHECIMENTO PELA SOCIEDADE DE SEU POTENCIAL COMO INSTRUMENTO SOCIAL E ECONÔMICO E, PORTANTO, SEM ESTUDOS ESTATÍSTICOS E DIAGNÓSTICOS RECENTES DESSA SITUAÇÃO. SOMENTE EM 1971 FOI REALIZADO O PRIMEIRO E ÚNICO DIAGNÓSTICO OFICIAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS NO BRASIL. NO ENTANTO, EXISTEM DADOS QUE REVELAM UM CONTEXTO DE DIVERSAS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO, COM CHANCES REAIS DE MUDANÇA NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

Quando se aborda a questão social no esporte, devem ser considerados o esporte educacional, o esporte de participação ou lazer, o esporte de rendimento ou *performance* e a legislação vigente para o setor como partes de um todo que interagem e se complementam.

No esporte educacional, há falta de material esportivo e dificuldade de acesso a material didático; falta de uma abordagem educacional e de integração com as outras disciplinas na composição do currículo escolar além de falta de oferta de iniciação esportiva nas escolas públicas. Conforme a tabela a seguir, a média nacional é de uma quadra para 5,24 escolas públicas:

TABELA 6

Escolas de ensino fundamental

Esfera	Com quadra	Sem quadra	Total
Municipal	12.739	108.597	121.336
Estadual	16.534	15.782	32.316
Federal	37	7	44
Privada	10.858	7.954	18.812
Totais	40.168	132.340	172.508

Para o esporte de participação, não existem dados oficiais sobre infra-estrutura esportiva; aparelhos de esporte e lazer comunitários; número de praticantes de atividade física e esporte; projetos e ações de esportes comunitários.

No cenário atual da sociedade brasileira, a atuação do esporte na sociedade pode fazer diferença como fator modificador da realidade. Milhões de jovens vivem em estado de miséria e exclusão social. A taxa global de mortalidade da população brasileira caiu no período de 1980 a 2000, e os percentuais que se referem à quantidade de jovens se elevaram de modo significativo e mais ainda aqueles que retratam a violência que atinge os jovens, o que passou a caracterizar novos padrões de mortalidade juvenil.

No ano de 2000, aproximadamente 70% dos jovens brasileiros mortos, o foram por causas externas, em sua maioria vítimas de homicídios. A faixa etária na qual ocorre o maior número de vítimas vai de 15 a 24 anos, com seu “momento crítico” por volta dos 20 anos, com evidente predominância do sexo masculino. Nos finais de semana, o número de vítimas cresce assustadoramente – algo em torno de 70% –, quando comparados com os dias úteis.

De outro lado, 32% da população adulta apresenta sobrepeso ou obesidade. Na Região Nordeste, o percentual de jovens obesos subiu de 3,9% para 7,3%. A população infantil foi igualmente atingida por esse novo mal que afeta a sociedade, e, atualmente, existem três crianças obesas para cada duas

desnutridas. Recentemente, pesquisas da USP constataram a existência em nosso País de um milhão e meio de crianças com sobrepeso ou obesas, com destaque para as Regiões Sul e Sudeste e prevalência do sexo feminino sobre o masculino.

Com relação ao esporte de rendimento, existe no Brasil um Sistema Nacional do Desporto, do qual fazem parte o Comitê Olímpico Brasileiro – COB, o Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, trinta entidades olímpicas de administração do desporto, cinquenta entidades não-olímpicas de administração do desporto, doze entidades paraolímpicas de administração do desporto, diversas entidades regionais de administração do desporto, ligas nacionais, ligas regionais e entidades de prática desportiva das quais nem sempre há registro oficial. Há cerca de trinta mil atletas de esporte de rendimento filiados às entidades de administração do desporto.

O Rio de Janeiro será a cidade sede dos Jogos Pan-americanos e Para-Pan-americanos de 2007. As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo são pré-candidatas à sede das Olimpíadas de 2012.

O esporte toma amplitude como manifestação cultural de interesses, idéias, emoções e muito mais. É uma manifestação social que, por meio de um processo educativo, fornece ao praticante as ferramentas que irão gerar maiores oportunidades de escolha, criação, expressão e intervenção na realidade em que está inserido. Nesse sentido, o esporte é um eficaz instrumento de mudança.

Principais iniciativas para 2003

Pela primeira vez na história do Brasil, o Ministério do Esporte é uma Pasta específica, com foco único no desenvolvimento de uma política nacional de esporte e lazer, seguindo as propostas de gestão para a nação na defesa do Estado democrático de direito em suas essências de participação, cidadania, pluralismo político, redução das desigualdades sociais e regionais. O esporte é inquestionável instrumento de socialização, educação, promoção de saúde, cooperação entre os povos e identidade nacional e cultural. No Brasil, o esporte precisa ser também forte instrumento de inclusão social.

Nesse contexto, o Ministério tem como primeira missão desenvolver a Política Nacional de Esporte e Lazer, baseada nas diretrizes e nas demandas da comunidade esportiva e da sociedade brasileira e alinhar o Brasil no cenário internacional, em que o esporte vem representando importante papel como promotor de desenvolvimento econômico e social, cooperando para o progresso da humanidade, promovendo os valores humanos, a interação com o meio ambiente, relevantes ações de igualdade entre os homens e a defesa da paz mundial.

Visando revelar à sociedade a realidade esportiva do País e embasar um diagnóstico que permita dar maior efetividade às ações governamentais no setor, será realizado o Censo Esportivo Nacional.

Três grandes ações estratégicas serão desenvolvidas. A primeira é o Esporte na Escola. Temos no Brasil um universo de 36 milhões de crianças e adolescentes em idade escolar. Trata-se de uma ação interministerial, na qual Educação e Esporte se juntam para atuar no mesmo segmento, com linguagens e metodologias complementares, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade dos praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

O Programa Esporte na Escola insere-se no contexto escolar como atividade curricular e extracurricular, estimulando a prática esportiva no turno, no contraturno e nos finais de semana, capacitando profissionais, investindo em instalações, equipamentos e materiais esportivos. Promove o calendário esportivo escolar, dentro do ensino fundamental e médio, tanto do ensino público quanto do ensino privado, consolidando esses resultados nas Olimpíadas Colegiais sub 14 e sub 17.

A segunda ação estratégica está direcionada para a inclusão social e visa levar o hábito da prática de atividade física e esporte à população em geral. É missão do Governo fazer do esporte um direito de cada um, colaborando para a redução da marginalização e da violência social. Dando capilaridade à ação governamental, o Ministério agirá diversificando sua atuação de acordo com o contexto de relacionamento com os segmentos da sociedade.

Destacam-se ações de Implantação de Núcleos de Esporte em comunidades carentes. Como forma de respeitar e valorizar as características regionais,

o Ministério atuará dando ênfase aos esportes de criação nacional. Dentro deste programa também se integram as ações de valorização de raças, culturas, sexo, cor e idade, evidenciadas na promoção dos Jogos dos Povos Indígenas, Jogos da Terceira Idade, Jogos de Criação Nacional e Jogos Nacionais de Esportes Náuticos. Na prática esportiva, o Governo Federal defenderá a acessibilidade e a inclusão da pessoa portadora de deficiência.

Outra meta a se alcançar é o estímulo ao uso do tempo livre para atividades prazerosas que envolvam movimento, interação com o meio ambiente, relacionamentos sociais e hábitos de vida saudável. Em ação conjunta com o Ministério da Saúde e do Trabalho e Secretaria de Comunicação da Presidência da República, daremos continuidade a ações dessa natureza.

O projeto Forças no Esporte será desenvolvido em parceria com o Ministério da Defesa, visando à utilização de instalações esportivas militares para a prática de esportes por comunidades carentes.

Serão fomentadas também as ações de produção de material esportivo pela população carcerária, em conjunto com o Ministério da Justiça, no âmbito do Projeto Pintando a Liberdade. Ampliando ainda seu escopo de atuação para fora do ambiente penitenciário, surge como ação desse período de gestão o Projeto Pintando a Cidadania. Trata-se da mesma atividade, desta vez desenvolvida nas comunidades carentes, gerando emprego e renda. Todo o material produzido nesses projetos será destinado aos programas sociais do Governo.

A terceira estratégia de atuação do Governo no esporte é a vertente do esporte de rendimento. É preciso entender a potencialidade do esporte *performance* como ferramenta de ação social. O Governo promoverá o desenvolvimento, agregando aos valores que já lhe são intrínsecos os aspectos de criação de novos paradigmas para a sociedade, notadamente nossos jovens e crianças.

Os talentos destacam-se desde a mais tenra idade. É preciso promover seu desenvolvimento em bases científicas para, finalmente, poder vislumbrar o pódio olímpico e o paraolímpico. Não há empirismo ou improvisação. Para isso, será elaborado um Programa de Planejamento da Carreira do Atleta e implementada a Bolsa-Atleta, dando condições mínimas aos atletas da base ao topo da pirâmide no esporte de rendimento.

Promoveremos o desenvolvimento da iniciação esportiva com a realização dos Jogos da Juventude. Combateremos o *doping* no esporte com ações integradas com outros órgãos governamentais internos e estrangeiros. Ações de melhoria da qualidade da gestão esportiva serão implementadas, capacitando nossos dirigentes, buscando facilidades em fontes de financiamento e soluções criativas e eficientes para o grave problema econômico que aflige o segmento de clubes do País, atuando na organização do Calendário Esportivo Nacional.

Investiremos agressivamente no cenário interno e externo com o objetivo de captar eventos esportivos para o Brasil, gerando negócios, empregos, investimentos duradouros, os quais necessitam de ações integradas dos poderes federal, estadual, municipal e da iniciativa privada. Realizaremos os Jogos Desportivos Pan-Americanos de 2007 e os Jogos Desportivos Parapan-Americanos de 2007, buscando posicionar nossos atletas nos mais altos níveis de desempenho do mundo e fortalecendo nossa candidatura aos Jogos Olímpicos de Verão de 2012 e aos Jogos Paraolímpicos de Verão.

Legislação esportiva

Se o Estado busca modernidade e paridade com os novos rumos apontados pela sociedade brasileira, a legislação não pode estar desarticulada desses movimentos. O Congresso Nacional, sensível a essas circunstâncias, vem debatendo amplamente o novo Estatuto Brasileiro do Esporte, consciente da necessidade de aprová-lo em 2003. O Governo Federal, parceiro nesse trabalho, tem fomentado essa discussão na busca de soluções que dêem agilidade à ação governamental, estimulem a competência administrativa, promovam a organização do setor e a transparência necessária às ações públicas.

O financiamento da carreira de atletas de alta *performance* (Bolsa-Atleta), embora já incluído na peça do Estatuto em tramitação, caminha em paralelo como projeto de lei, pela necessidade de rápida aprovação, visando à preparação da equipe brasileira que participará dos Jogos Desportivos Pan-Americanos de 2007, a serem realizados no Brasil. A legislação também prevê a obtenção e o disciplinamento de fontes de recursos, como é o caso dos bingos, que permitam ao Governo financiar projetos de inclusão social.

14

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MESMO RESPONDENDO POR 85% DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS (4.139.369) E CONTRIBUINDO COM 37,9% DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO BRASIL, POR 77% DOS POSTOS DE TRABALHO NO CAMPO E PELA PRODUÇÃO DE 54% DA BOVINOCULTURA DE LEITE, 67% DO FEIJÃO, 49% DO MILHO, ENTRE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES, MULHERES E HOMENS QUE VIVEM NO AGRÁRIO BRASILEIRO ORGANIZADOS SOB REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR, SEJAM PEQUENOS PROPRIETÁRIOS, MEEIROS, POSSEIROS, ARRENDATÁRIOS OU ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA, TÊM SOFRIDO OS EFEITOS MAIS PERVERSOS DA POLÍTICA MACROECONÔMICA IMPLEMENTADA NO PAÍS.

O quadro agravou-se na última década, com a sobrevalorização cambial, os altos juros e a abertura comercial somados à redução dos recursos do crédito rural e dos mecanismos de comercialização e garantia de preços mínimos, em especial para os alimentos essenciais, que são produzidos majoritariamente pela agricultura familiar. A desvalorização cambial ocorrida em 1999 não reverteu esse quadro. Os juros continuaram cada vez mais altos, gerando mais desemprego nas cidades e, por conseqüência, inibindo o consumo de alimentos, além de encarecer os insumos e restringir o uso de recursos públicos para apoiar a produção agrícola.

Cerca de 37% das famílias rurais – 2,9 milhões de famílias ou 15 milhões de pessoas – estão em situação de indigência, conforme o Programa Fome Zero. São famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, em todas as regiões do País. Entre 1970 e 1996, os estabelecimentos rurais com até 100 hecta-

res reduziram sua participação na área agrícola total de 23,5% para 20%, enquanto os estabelecimentos acima de 1.000 hectares aumentaram a participação de 39,5% para 45% da área total, mesmo respondendo por 1% do total de propriedades rurais do País. Entre 1985 e 1996, 941 mil estabelecimentos rurais foram extintos, sendo 96% destes com áreas inferiores a 100 hectares. A população rural diminuiu em 5,3 milhões de habitantes entre 1999 e 2001, segundo dados do IBGE.

Os mecanismos constituídos nos últimos anos não foram capazes de garantir a reforma agrária e nem de viabilizar os assentamentos realizados, visto que existem sessenta mil famílias de pequenos agricultores acampadas em beira de estrada em todo o País e quarenta mil famílias assentadas sem infra-estrutura adequada – luz, água, habitação – e condições precárias para produção. O resultado é o aumento das tensões no campo, reprimidas por instrumentos de força por parte do Estado, dirigidos contra a ação dos movimentos sociais.

O impacto das políticas implementadas reflete-se de forma desigual no Brasil. A participação de famílias pobres sobre o total rural chega a 49% na Região Nordeste. Regiões como o Semi-Árido Nordestino, o Cerrado, a Amazônia e o Pantanal não receberam atenção na construção de políticas de desenvolvimento capazes de gerar inclusão social, renda e respeito ao meio ambiente, reproduzindo a pobreza e a degradação das condições de vida das famílias residentes.

No governo anterior, foram implementados o Projeto Novo Mundo Rural, responsável pela reforma agrária e pela reestruturação fundiária, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, executados no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O balanço desses instrumentos para o meio rural brasileiro, a partir dos dados e dos indicadores apontados anteriormente, é o caráter compensatório e pontual das ações para seus beneficiários, confirmando-se como iniciativas impotentes para romper uma trajetória de empobrecimento e precariedade social no campo, sem realizar mudanças na concentrada estrutura agrária brasileira.

O Governo herda um quadro de vulnerabilidade econômica e de imensas demandas sociais reprimidas. A construção de um novo modelo de desenvolvimento para o agrário brasileiro está alicerçada na criação de opor-

tunidades para que as mulheres e os homens que vivem da agricultura de economia familiar melhorem seu padrão de vida, agregando renda e produzindo com melhor qualidade; a inclusão de milhares de trabalhadores ao processo produtivo, por meio da reforma agrária e de instrumentos complementares de acesso à terra; a implementação de políticas orientadas sob o enfoque do desenvolvimento territorial, que valorizem o conhecimento acumulado por gerações, respeitem as diversidades culturais e sociais e preservem o meio ambiente.

Todos esses objetivos articulam-se com a tarefa fundamental do Governo de combater a fome, somando ao Programa Fome Zero, seja com políticas de combate à pobreza rural, seja na produção de mais alimentos para as famílias em situação de indigência localizadas nos centros urbanos.

Uma das principais iniciativas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, já no primeiro ano de governo, será a formulação de um Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA que abranja estratégias, políticas, diretrizes e ações de curto, médio e longo prazos, visando proporcionar maior democratização e efetividade no acesso à terra para quem dela precisa para seu sustento e da sua família, com definição de instrumentos e de recursos financeiros e logísticos que garantam o desenvolvimento rural sustentável, capaz de criar mais empregos e distribuir melhor a renda nacional e, consequentemente, contribuir para a erradicação da pobreza.

A recuperação de assentamentos em situação precária terá prioridade, visando promover a inserção social, econômica e política de famílias assentadas, mediante:

- Execução de obras de infra-estrutura básica (habitação, energia elétrica, estradas e abastecimento de água), créditos para a produção, equipamentos sociais e serviços (Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER);
- Disponibilização de recursos para aquisição de pequenos animais, visando à produção e ao processamento de leite, ovos e carnes;
- Viabilização da produção local de sementes para utilização pelas famílias assentadas e
- Disponibilização de equipamentos comunitários, de construção civil, luz elétrica, telefone e transporte.

Em paralelo, será implementado um conjunto de medidas para assegurar a melhoria das condições de vida das famílias assentadas:

- Compra de alimentos (Crédito-Alimentação) para assentados mediante garantia da liberação dos recursos de Crédito-Instalação, modalidade Apoio à Instalação, imediatamente após a homologação da relação de beneficiários;
- Programa de financiamento para construção ou reforma da habitação rural e
- Educação de jovens e adultos dos Assentamentos da Reforma Agrária.

Do mesmo modo, será priorizado o assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampados em vários pontos do País, pela desapropriação e aquisição de terras, pela incorporação de terras devolutas já discriminadas ou em discriminação e pela destinação de lotes vagos existentes em projetos de assentamento criteriosamente identificados.

A melhoria das condições de vida nos acampamentos será assegurada mediante:

- Prestação de assistência social, principalmente no que se refere à saúde, à educação e às condições de habitabilidade;
- Distribuição mensal de cesta de alimentos às famílias acampadas;
- Fornecimento de sementes aos acampamentos, visando à produção de alimentos e
- Cursos de capacitação/treinamento em agricultura para as famílias acampadas visando à qualificação profissional dos futuros assentados.

Outros projetos também deverão merecer atenção especial do Governo, ainda em 2003:

- Implementação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Helder Câmara, garantindo o abastecimento de água aos assentados da região do semi-árido por meio captação de água de chuva;
- Renegociação das dívidas do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária – Procerá;
- Combate à violência no campo por meio da qualificação da Ouvidoria Agrária;
- Combate à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais;

- Crédito fundiário para acesso à terra e para investimentos comunitários para jovens rurais, em particular formados pelas escolas agrotécnicas, escolas família e casas familiares rurais e
- Crédito fundiário para acesso à terra e para investimentos comunitários para famílias sem terra que vivem abaixo da linha de pobreza nas regiões mais pobres do País.

Para promover o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento territorial estão previstos também:

- Apoio financeiro a projetos de infra-estrutura e serviços públicos municipais;
- Plano de incentivo ao plantio de milho e sorgo na safrinha e na safra 2003 da Região Nordeste para agricultura familiar;
- Implantação do Seguro Safra para agricultores familiares do semi-árido da Região Nordeste, semi-árido de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo;
- Ampliação do número de financiamentos para agricultores familiares de renda bruta anual familiar de até R\$ 1.500,00, que compõem o Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- Capacitação de conselheiros municipais e estaduais de desenvolvimento rural sustentável, colaboradores, agentes públicos e privados;
- Instituição de formas de garantia que possibilitem aos agricultores familiares acesso aos financiamentos de investimento dos Grupos C e D do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf;
- Estabelecimento de um novo modelo de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, incluindo a capacitação de agricultores e técnicos como uma estratégia indispensável;
- Atuação na elaboração de políticas que permitam a geração de renda e a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar;
- Fortalecimento das cooperativas de crédito dos agricultores familiares;
- Concessão de financiamento de estruturação produtiva do Grupo A do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA;
- Ampliação dos financiamentos de custeio e investimento para agricultores familiares;

- Promoção de estudos visando à criação do seguro agrícola;
- Concessão de financiamento de investimento para os extrativistas moradores de reservas extrativistas – Resex, reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA e
- Implantação de linha de crédito de investimento para estimular os agricultores familiares à prática de sistemas silviculturais e agroflorestais e à denominada “pecuária familiar”.

A política de apoio ao cooperativismo deve ser focada naquelas organizações comprometidas com a construção do desenvolvimento sustentável e solidário, com modelos de gestão democráticos e participativos que estejam voltadas objetivamente para a obtenção de resultados por parte de seus associados, sejam eles resultados econômicos de geração de renda ou resultados sociais de segurança alimentar e acesso a direitos fundamentais.